

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 029 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO NICO BARACAT (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ALENCAR SOARES (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO MOACIR PIRES (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o nobre Deputado Alencar Soares para assumir a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES ASSUME A 1ª SECRETARIA)

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Convido o nobre Deputado Moacir Pires para assumir a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO MOACIR PIRES ASSUME A 2ª SECRETARIA)

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu me inscrevi para apresentar um Projeto de Lei de nossa autoria:

1º) PROJETO DE LEI:

“Cria a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Castanheira.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN, no Município de Castanheira, subordinada ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-MT.

Art. 2º O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará e executará todos os atos necessários à implantação da CIRETRAN, bem como as transformações e transferência de cargos e funções dentro de sua estrutura organizacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de recursos próprios do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-MT.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Diante do substancial crescimento do município de Castanheira, tornou-se indispensável a criação e instalação de uma CIRETRAN na cidade.

Os serviços que concernem ao trânsito ficarão concentrados na Circunscrição Regional de Trânsito do município, desfazendo o intenso movimento nos municípios vizinhos ou até mesmo deslocando-se até a capital.

Assim, haverá uma melhora nos serviços do órgão da Capital e beneficiará toda a população do município de Castanheira e região, representando o desenvolvimento para todo o Estado de Mato Grosso.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.
Deputado RENE BARBOUR – PSDB”

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Com a palavra, o nobre Deputado Duda Barros.

O SR. DUDA BARROS - Sr. Presidente, nobres Deputados, Deputada Serys Shlessarenko, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente do DVOP, estudos visando à liberação de recursos para a conservação das estradas vicinais do Município de Glória d’Oeste.

O Deputado que esta subscreve, com fulcro no Art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, requer à nobre Mesa, ouvido o soberano Plenário, na forma regimental, que encaminhe a presente Indicação ao Exmº. Sr. Governador do Estado, Engº. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, aos quais solicita estudos visando à liberação dos recursos oriundos do Orçamento do Estado para a conservação das estradas vicinais do município de Glória d’Oeste.

JUSTIFICATIVA

Em atendimento às reivindicações da população do Município de Glória d’Oeste, através do seu Prefeito Municipal e Vereadores, formulamos a presente indicação, visando minimizar um crônico problema daquele município, que é a questão das estradas vicinais, responsável pelo escoamento da produção que gera riquezas não somente para o município, como também para o Estado.

Não obstante, é importante frisar que em reunião realizada com os municípios do Vale do Jauru, ficou consignada tal ajuda, o que não ocorreu até o presente momento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.
Deputado DUDA BARROS - PSDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado da Ação Social, liberação de recursos oriundos do PETI, para o Município de

Glória d'Oeste.

O Deputado que esta subscreve, com fulcro no Art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, requer à nobre Mesa, ouvido o soberano Plenário, na forma regimental, que encaminhe a presente indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado, Engº. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado da Ação Social, aos quais solicita gestões objetivando a liberação dos recursos oriundos do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Agente Jovem para o Município de Glória d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Glória d'Oeste elaborou e encaminhou os citados projetos, que, segundo informações, foram devidamente aprovados, carecendo, apenas, da sua efetiva liberação.

Isto posto, solicitamos as providências necessárias e fundamentais visando atender àquela laboriosa comunidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado DUDA BARROS - PSDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura, com cópia ao Exmº Sr. Senador Antero Paes de Barros e ao Exmº Sr. Deputado Federal Pedro Henry, aos quais solicita-se recursos destinados à aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal do Município de Glória d'Oeste, neste Estado.

O Deputado que esta subscreve, com fulcro no Art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, requer à nobre Mesa, ouvido o soberano Plenário, na forma regimental, que encaminhe a presente indicação ao Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura, com cópia ao Exmº Sr. Senador Antero Paes de Barros e ao Exmº Sr. Deputado Federal Pedro Henry, aos quais solicita recursos destinados à aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal do Município de Glória d'Oeste, neste Estado.

JUSTIFICATIVA

A presente reivindicação é uma solicitação da laboriosa população do Município de Glória d'Oeste que necessita de tais recursos visando redimensionar sua Biblioteca Pública Municipal.

Lembro que a recém-criada Biblioteca Pública Municipal já conta com o seu espaço físico em funcionamento, porém, carece de um acervo que possa de fato contemplar a classe estudantil daquele município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado DUDA BARROS - PSDB

4ª) INDICAÇÃO: Indicação ao Sr. Diretor-Presidente da EMPAER, ao qual, solicita-se a manutenção do microcomputador instalado junto ao Posto da EMPAER no Município de Glória d'Oeste.

O Deputado que esta subscreve, com fulcro no Art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, requer à nobre Mesa, ouvido o soberano Plenário, na forma regimental, que encaminhe a presente indicação ao Sr. Diretor-Presidente da EMPAER, ao qual, solicita-se a manutenção do microcomputador instalado junto ao Posto da EMPAER no Município de Glória d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Glória d'Oeste elaborou e encaminhou os citados projetos, que, segundo informações, foram devidamente aprovados, carecendo, apenas, da sua efetiva liberação.

Isto posto, solicitamos as providências necessárias e fundamentais visando atender àquela laboriosa comunidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado DUDA BARROS - PSDB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, estudos visando à pavimentação do acesso do Município de Glória d'Oeste à BR-174.

O Deputado que esta subscreve, com fulcro no Art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, requer à nobre Mesa, ouvido o soberano Plenário, na forma regimental, que encaminhe a presente indicação ao Exmº. Sr. Governador do Estado, Engº. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, aos quais solicita-se estudos visando à pavimentação do acesso da BR-174 ao Município de Glória d'Oeste, neste Estado, reivindicação essa que é formulada pela classe política daquele progressista município.

JUSTIFICATIVA

A presente reivindicação é uma antiga aspiração da população de Glória d'Oeste que vê na realização de tão sonhada obra a solução para o alcance do desenvolvimento daquele progressista município.

Pelas palavras do Prefeito Roberto Carlos Barbosa, a realização dessa obra certamente proporcionará, além do desenvolvimento, a geração de emprego, moradia e melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado DUDA BARROS – PSDB”

Esta, Sr. Presidente, é uma reivindicação antiga daquela população, pois desde 1998 foram colocadas máquinas na localidade. E por isso eu peço o apoio da Presidência, o apoio do Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, para que nos ajudem, porque dali sai grande fluxo de grãos, passando por Araputanga, Quatro Marcos, Mirassol d'Oeste e Glória d'Oeste.

Era só o que tínhamos a apresentar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, só para constar um pedido ao DVOP, para restauração da Rodovia dos Imigrantes, que tem um trecho que está caótico, onde teve um acidente com uma carreta lá, esta semana, com vítimas. Estamos solicitando que o DVOP tome providências no sentido de restaurar aquele trecho que está muito perigoso, sendo que várias reclamações têm chegado ao nosso gabinete.

Eu gostaria que a Mesa Diretora encaminhasse este pedido ao DVOP.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, para registrar que, amanhã, às 08:00 horas, no Instituto Brasileiro de Plenitude Humana, sob a coordenação do Professor Lacordaire, estarei com o Presidente desta Casa, Deputado Humberto Bosaipo, encerrando o Curso de Preparação e Qualificação de funcionários da Assembléia Legislativa e, principalmente, dos funcionários, daqueles servidores que irão trabalhar na Comissão de Defesa do Consumidor, nesta Casa.

Nesta Sessão, estarei entregando, em mãos, para o Presidente, as ações semestrais, realizadas durante o ano de 2000, como proposta da nossa Comissão, as macroações e microações, bem como diversos segmentos da sociedade que iremos envolver em convênios. Para que possamos fazer da Comissão de Defesa do Consumidor mais um elo da população cuiabana, da população mato-grossense em defesa dos seus direitos, em defesa das melhorias de condições de consumo, para que todos possam ter a plena convicção de que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso se preocupa, principalmente, com o bem-estar da sociedade mato-grossense.

Dessa forma, vamos promover convênios com o INMETRO, com o Ministério Público, com o PROCON, com a Defensoria Pública, e com diversos outros órgãos, para que juntos possamos desenvolver um grande trabalho, colocando a Casa do Povo Mato-grossense com as portas abertas e, principalmente, desenvolvendo uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização sobre os direitos do consumidor.

Era o que eu tinha para esta noite, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Pedro Satélite...

Antes, gostaria de alertar a todos os Srs. Deputados que, hoje, nós teremos a argüição do Dr. Guiomar Teodoro Borges, indicado pelo Governador para chefiar o Ministério Público no período de dois anos.

Então, nós não teremos o Grande Expediente e a Ordem do Dia, e só teremos a argüição, conforme determina a Constituição Estadual.

Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, Deputado Nico Baracat, Sr^a Deputada, para apresentar uma Moção de Aplausos, endereçada ao Sr. José Feliciano da Silva, produtor rural no Município de Terra Nova do Norte.

1^a) MOÇÃO DE APLAUSOS: “Indico à Mesa Diretora que seja enviada Moção de Aplausos ao Exm^o Sr. José Feliciano da Silva, produtor rural de Terra Nova do Norte.

JUSTIFICATIVA

O Sr. José Feliciano da Silva é um pequeno produtor rural, residente em Terra Nova do Norte, há 22 anos, um pioneiro na região, oriundo do Rio Grande do Sul.

Ao estabelecer-se em Terra Nova, na época distrito de Colíder e Município de Chapada dos Guimarães, imediatamente, José percebeu que as dificuldades eram inúmeras e seria necessário realizar trabalhos em grupo, pois individualmente ninguém teria condições de superar os principais obstáculos.

Iniciou e levou adiante um belíssimo e exemplar trabalho associativo, organizou os pequenos produtores em associações comunitárias e agrupou-as na grande Associação de Produtores Rurais de Terra Nova.

Viabilizou recursos para a construção de escolas, pavilhões comunitários, aquisição de máquinas agrícolas, implantação de hortas comunitárias, aquisição de vacas leiteiras e, por fim,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

incentivou o cooperativismo, através do qual dinamizou o desenvolvimento agrícola e pastoril do atual progressista Município de Terra Nova do Norte.

Pelo seu trabalho, José despertou a atenção popular, que o elegeu Vereador (gestão 1989 à 1992), presidiu o Legislativo Municipal no último biênio, teve que interromper sua carreira política por questões de saúde, porém, continua incessantemente o trabalho associativo, principalmente nos assentamentos agrícolas de toda a região do Vale do Peixoto. Portanto, é digno e merecedor da homenagem que ora lhe rendemos.

Estas e outras razões nos moveram a apresentar a presente Moção, para a qual conclamamos os nobres Pares a fim de apoiarem essa justa homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 03 de abril de 2001.

Deputado PEDRO SATÉLITE – PSDB”

Era só para o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Por solicitação do Presidente da Comissão, para apurar a questão da morte do garoto Rodrigo Lourenço, nós indicamos, pela Liderança do PT, o Deputado Gilney Viana para compor tal Comissão.

Como nós temos apenas três minutos para falar de uma série de coisas e não vai dar tempo, por isso, continuaremos amanhã.

Uma delas é a CPI da Corrupção em nível nacional. Um grupo de companheiros sairá aqui de Cuiabá, hoje, e vai viajar a noite toda. Estão indo pessoas, grupos de sindicalistas do Brasil inteiro, se dirigindo a Brasília para, com os abaixo-assinados já conquistados, lutar pela instalação da CPI da Corrupção.

Nós precisamos, o Brasil precisa, que se estabeleça a CPI da Corrupção. Se o Sr. Fernando Henrique está tão afoito para que ela não aconteça, é porque tem muita sujeira embaixo do tapete.

Uma outra questão é quanto ao IPVA, que além de caro, com propaganda enganosa do Governador Dante de Oliveira, dizendo que reduziu, o que não é verdade, todos estão pagando o IPVA muito mais caro, até porque ele aumentou violentamente o valor venal dos carros. A tabela é um absurdo, é uma tabela vinda por Decreto, não passou por este Parlamento, inclusive, nós temos um Projeto de lei aqui exigindo que isso passe pelo Parlamento. No DETRAN, eles não recebem cheque e nós estamos exigindo isso, inclusive já orientamos a quem chegar lá e não quiserem receber cheque para o pagamento do IPVA, que chame a polícia e mande prender quem não recebeu - chame a polícia, porque é crime!

O Sr. Alencar Soares (FORA DO MICROFONE) - A Senhora já disse isso antes!

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Falei e estou repetindo, Deputado, pois pode ser que o Senhor não tenha ouvido.

Não só isso. Também estou entrando com uma representação para que, de uma vez por todas, se acabe com essa história e se receba cheque. Não é possível mais querer estar superior aos ditames do Sistema Financeiro deste País. Esse Governo Dante de Oliveira é realmente o faraó, o mais autoritário que se encontra por aí.

Eu preciso falar ainda um pouco sobre essa questão da Organização Flor do Cerrado, que é um projeto extremamente importante. Infelizmente, o tempo não me possibilita, mas estou inscrita no Grande Expediente...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO A ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Eu peço mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Eu concedo-lhe mais dois minutos, Deputada.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - E falarei no Grande Expediente de amanhã, Deputado. Vossa Excelência está muito afoito para que eu não possa falar.

Eu vou falar, com certeza, sobre esse Projeto Flor do Cerrado, que é um Projeto de extrema relevância, um Projeto tocado através de uma ONG, que mostra a possibilidade de se fazer realmente educação de qualidade, dando condições de vida para a população. Não se trata só do dinheiro, o dinheiro também é importante, mesmo porque o Poder Público, muitas vezes, investe muito dinheiro, de forma muito mal empregada. Não é só o dinheiro, é preciso um outro tipo de apoio. Portanto, conclamamos todos os Senhores Deputados que não conhecem esse Projeto que busquem conhecê-lo para apoiá-lo de alguma forma. Como muito bem já foi dito, não é só de dinheiro que esse Projeto precisa, mas de várias espécies de apoio.

Assinei também o abaixo-assinado que o Deputado Nico Barocat passou ontem, na defesa da SUDAM. Nós apoiamos totalmente. Tem que “lavar a criança e jogar a água suja fora”, botar os corruptos para fora, e na cadeia, mas a SUDAM tem que ser salva, porque é um órgão importante para o nosso Estado de Mato Grosso.

A continuidade da nossa fala fica para outro momento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Convoco o Deputado Humberto Bosaipo para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 20:50 HORAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados, hoje à tarde, a Comissão de Direitos Humanos, numa comitiva composta por eu próprio, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Carlos Brito, juntamente com cidadãos, uma grande comitiva de Rondonópolis, de Paranatinga, de Juara e também vários membros de Cuiabá, o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, o Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, de Rondonópolis, estivemos travando um diálogo muito franco, muito direto com o alto Comando da Polícia Militar e da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

A questão central trata-se de coibir as iniciativas da Polícia, quando ela cai na ilegalidade, porque nós já temos criminalidade e violência demais praticadas por civis. Então, não precisamos de violência praticada por agentes do Estado, muito pelo contrário, nós precisamos que os agentes do Estado, os agentes policiais, sejam civis, sejam militares e nós esperamos que os agentes civis, concursados, os escrivães, os delegados, que ainda não foram chamados possam sê-lo, porque nós temos certeza que a Polícia precisa desses novos integrantes. Agora, não basta, - essa é uma conclusão que eu estou de acordo com o Secretário de Segurança - não basta ter mais agentes, é preciso que os agentes sejam de qualidade para que não seja um cidadão desqualificado, como foi o tenente que alvejou pelas costas um garoto que já tinha recebido um tiro e que estava claudicando, lá em Rondonópolis.

Então, o interessante dessa conversa é que eu pessoalmente tirei uma resolução, tirei um balizamento e eu acho que a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania tirou um balizamento dessas iniciativas deste primeiro mês de atividade, Deputado Humberto Bosaipo. Nós precisamos, além daquele gesto que Vossa Excelência certamente vai fazer no Comando da Polícia, um gesto simbólico

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

de apoio e cobrança da nossa Instituição, nós precisamos fazer o seguinte: nós temos uma agenda positiva com a Polícia, com a Segurança Pública, Deputado Emanuel Pinheiro, uma agenda positiva que nós queremos o seguinte: daremos todo apoio à Polícia, todo apoio ao serviço de Segurança do Estado, mas que ele cumpra uma agenda positiva capaz de dar segurança ao cidadão comum.

Dito isso, Sr. Presidente, nós gostaríamos de dizer que ficamos chocados com o relato das famílias.

Gostaria de registrar a atitude do Deputado Zé Carlos do Pátio, que já tinha agendado, sob nossa autorização, as audiências e também a mobilização que trouxe de Rondonópolis e Paranatinga, onde há várias pessoas atingidas e que estão no Movimento Comunitário, enriquecendo o debate, e expôs a nu o passivo criminal que está acumulado não só na sociedade, mas também na instituição policial.

Nós precisamos fazer um limpa, saldar esse passivo, para que nós possamos fazer uma agenda positiva de apoio à Polícia Comunitária, de ter uma Ouvidoria autônoma e independente, de revisar a Lei Orgânica das Polícias Civil e Militar, de recompormos a Lei que diz respeito à fronteira. Ou seja, nós já temos a agenda comum, eu, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Carlos Brito, o Deputado Emanuel Pinheiro e os outros membros da Comissão, Deputado Alencar Soares, nós já temos acordado, ninguém tem divergência nisso! Sejam do PT, PPS, PMDB, PSDB, nós não temos divergência quanto a isso. Agora, não podemos aceitar mais, e isso é um basta que nós queremos dar, que a polícia faça papel de bandido...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O SR. GILNEY VIANA - Aí, não dá para agüentar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^a Deputada, apenas para apresentar Moções de Reconhecimento:

1^a) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: “Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Sr. Ezequiel Neves.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Sr. Ezequiel Neves, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres Pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

2ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Sr. Osvaldo Espontão.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Osvaldo Espontão, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

3ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Osvaldo Tomazi.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Osvaldo Tomazi, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

4ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Sidnei Zilio.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Sidnei Zilio, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

5ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea

“I”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Ivo Rogoski.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Ivo Rogoski, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

6ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “I”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Jorge Caetano.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Jorge Caetano, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO – PPS

7ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Clinio Tomazi.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Clinio Tomazi, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

8ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Sargento Eduardo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Sargento Eduardo, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas

de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

9ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Arlindo Poles.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Arlindo Poles, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

10ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Ricieri Buchanelli.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Ricieri Buchanelli, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

11ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Antonio Ourives.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Antonio Ourives, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

12ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento a Senhora Maria Aparecida.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público a Senhora Maria Aparecida, pela luta por ela travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

13ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento a Senhora Maria de Lourdes.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público a Senhora Maria de Lourdes, pela luta por ela travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

14ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Elias Antonio Barbosa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Elias Antonio Barbosa, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

15ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Joab Francisco Mendes.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Joab Francisco Mendes, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

16ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Pedro Miranda.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Pedro Miranda, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

17ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito à Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Eloi Reginato.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Eloi Reginato, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

18ª) MOÇÃO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito a Mesa que seja enviada Moção de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Leandro Zitkoski.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, vem manifestar o reconhecimento público ao Senhor Leandro Zitkoski, pela luta por ele travada para a implantação de Colniza, um importante município na Amazônia Mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A ocupação do vazio amazônico vai além da transformação de terras ociosas em áreas de produção agrícola. Ela pode ser vista ainda como fator de desafogamento populacional de grandes e médias cidades, como instrumento social de soberania nacional, como fonte de estabilidade para famílias que vegetam em condições subumanas no Centro-Sul e que se transferem para áreas de colonização em busca de terra e de espaço para viver com dignidade humana.

Em Mato Grosso, pioneiros se embrenharam pelo sertão na região Noroeste, avançaram em direção à divisa com o Amazonas na calha do rio Aripuanã e, ali, plantaram mais que a semente de uma promissora cidade: lançaram as bases para as gerações futuras desfrutarem da felicidade de viver num município de terras férteis, altamente produtivas e em boa parte ocupadas por pequenos agricultores.

Os pioneiros plantaram Colniza e já estão colhendo um amanhã melhor.

A essa brava gente que deve ser tomada por exemplo, que dignifica o exercício da cidadania, que luta de sol a sol e não se cansa nem se curva por maiores que sejam os obstáculos, nosso respeito e admiração com esta Moção de Louvor e Reconhecimento. Para tanto, esperamos contar com a manifestação positiva dos nossos ilustres pares nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de abril de 2001.

Deputado JAIR MARIANO – PPS”

Quero dizer que a nossa ida lá, Sr. Presidente, nos permitiu ver um Município que, malgrado todas as dificuldades, sem dúvida, está fadado a ser uma das cidades-pólo do nosso Mato Grosso. Então, apenas para apresentar a Mesa essas Moções de Reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta Presidência suspende o Grande Expediente, pois nós vamos fazer...

(O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O Senhor está inscrito no Pequeno Expediente?

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, ainda no Pequeno Expediente.

Ratificando, o Deputado Nico Baracat, ao fazer a abertura, havia suspenso o Pequeno Expediente, o Grande e a Ordem do Dia. Vossa Excelência pode usar a palavra, no Pequeno Expediente, mas nós vamos votar apenas duas proposições, as moções e as indicações, e, em seguida, vamos iniciar a arguição do Procurador.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero informar a Vossa Excelência que a audiência que nós tivemos lá no Ministério Público foi muito pesada, foi muito triste, onde estavam o pai do Nilson Pedro e o pai do Márcio Bortolo - um outro menino que foi executado em Rondonópolis, há um ano. E eu havia pedido para o Ministério Público tomar providências, mas o Ministério Público não tomou as devidas providências!

Há um círculo vicioso aí, Sr. Presidente! É um círculo vicioso, por isso a gente não sabe onde está a omissão das coisas. Por exemplo, os policiais que mataram o menino lá em Paranatinga, Wilson Rosa, já estão trabalhando em Chapada dos Guimarães! Quer dizer, trabalham lá, o Cabo e o Soldado. O policial que matou Márcio Bortolo nem preso foi, continua trabalhando em Rondonópolis.

Eu entreguei a denúncia ao Ministério Público, nas mãos do Dr. Guiomar Teodoro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Borges...

(O SR. PRESIDENTE SE DIRIGE AO ORADOR - INAUDÍVEL).

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu denunciei, entreguei para o Dr. Guiomar Teodoro Borges.

Eu quero aqui solicitar a Vossa Excelência...

Eu acho, Deputado Humberto Bosaipo, que Vossa Excelência foi eleito como Presidente da Assembléia Legislativa, eu, como Deputado, e nós temos uma história para marcar aqui.

Eu gostaria de pedir à Mesa Diretora que seja exigida essa Lei Orgânica da Polícia Militar e da Polícia Civil. E, também, exigir que venha o Projeto da Ouvidoria e do Fundo de Amparo às Testemunhas.

Um menino me falou, hoje, que ele quer depor, o menino que, quando a Polícia executou o Márcio, há um ano atrás, estava na moto. Ele quer depor, só que ele foi tão torturado pela Polícia que teve que mudar o seu depoimento. Só que ele falou: “Eu tinha vontade de ser protegido para eu falar a verdade”. Hoje, ele falou isso para mim e falou perto do Cel. Moraes: “Como é que eu vou falar a verdade, se amanhã eu vou morrer lá em Rondonópolis?” Então, eu acho que esse Fundo de Amparo às Testemunhas é uma coisa fundamental, que deve vir logo para cá.

Outra coisa, só para terminar o raciocínio. Eu senti, hoje, na conversa do Secretário com o Cel. Comandante que eles estão tendo dificuldades de pegar esses policiais que estão em Secretarias meios e colocá-los para trabalhar. Num debate, hoje, aqui na Assembléia Legislativa, não sabíamos se são mil e duzentos ou mil e oitenta. Não sabemos, mas tem mil e poucos soldados à disposição de setores administrativos.

Então, eu gostaria desse apoio de Vossas Excelências.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão todas as Indicações e Moções apresentadas pelos Srs. Deputados. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de Pauta para tramitação do Projeto de Lei n.º 18/01, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe sobre a doação de veículos e equipamentos rodoviários cedidos por comodato.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Eu convoco uma Comissão de Deputados, composta pelos Deputados Zé Carlos do Pátio, Emanuel Pinheiro e Nico Baracat, para introduzir no plenário o Procurador-Geral da Justiça, Dr. Guiomar Teodoro Borges, que se encontra no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nós vamos, agora, argüir o Procurador-Geral da Justiça, o Dr. Guiomar Teodoro Borges, e os Deputados podem preparar os quesitos e encaminhar à mesa a inscrição da fala.

O Dr. Francisco Monteiro está encarregado de receber as inscrições. Nós já temos a inscrição do Deputado Nico Baracat e do Deputado Moacir Pires.

A Sessão está suspensa por cinco minutos até que chegue aqui o Procurador.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 21:00 E REABERTA ÀS 21:04)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento às suas Bancadas.

(NESTE MOMENTO ADENTRA AO PLENÁRIO O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES, PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Cumprimos o Dr. Guiomar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Teodoro Borges e, na sua pessoa, todos os Procuradores membros do Ministério Público que estão aqui conosco.

Em mãos, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, Projeto oriundo do Poder Executivo que indica o nome do Dr. Guiomar Teodoro Borges para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça.

É o seguinte o teor do Ofício do Sr. Governador:

“Sr. Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar expediente datado de 19 de março de 2001, que abriga indicação na lista tríplice para provimento do cargo de Procurador-Geral da Justiça, elaborado nos termos do Art. 106, inciso II, da Constituição Estadual.

É-me facultado pelo referido dispositivo Constitucional, combinado com o Art. 26, inciso XIX, alínea “c”, e 66, inciso VII, todos da Constituição Estadual, a escolha de um nome dentre os Procuradores componentes da referida lista.

Logrou-se verificar que o nome do Procurador, Dr. Guiomar Teodoro Borges, foi o vencedor no aludido processo eleitoral, escolha essa que ratifico e ora submeto à honrosa apreciação desta augusta Assembléia Legislativa.

Confiante na aprovação da referida escolha, renovo a Vossa Excelência protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado.

O Ministério Público oficializou ao Governador a lista contendo o nome do Dr. Guiomar Teodoro Borges, com cento e dois votos, do Dr. Luiz Vidal da Fonseca, com quarenta e oito votos e da Dr^a Sílvia Guimarães, com vinte e seis votos.

Diante desse resultado, o Governador ratifica o Dr. Guiomar Teodoro Borges, junta a Mensagem à Ata da eleição do Procurador-Geral da Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, biênio 2001/2003. A Assembléia Legislativa, por sua vez, oficiou, no dia 30 de março, o Dr. Guiomar Teodoro Borges da Sessão Ordinária de hoje, às 20:00 horas no Plenário Oscar Soares, para a arguição pelos Senhores Deputados.

Vossa Excelência, ilustre Dr. Guiomar Teodoro Borges, terá trinta minutos para proferir exposição oral sobre o objeto de seu comparecimento. Após a exposição oral, Vossa Excelência responderá ao temário da convocação, iniciando as interpelações dos Srs. Deputados e da Sr^a Deputada.

O convocado já está aqui com os Membros da sua Corte, os quais podem também auxiliá-lo tecnicamente, caso Sua Excelência precise.

O único cuidado que vamos ter é o de não se deixar repetir a pergunta, inclusive o Regimento Interno nos orienta em relação a isso. Peço a atenção dos Srs. Deputados, porque, às vezes, ocorre que as perguntas se repetem.

Como Vossa Excelência já foi argüido aqui, não vamos ter muitas dificuldades. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos para a sua exposição.

Com a palavra, o Dr. Guiomar Teodoro Borges.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo, demais membros da Mesa Diretora, Srs. Deputados, Sr^a Deputada:

Passados dois anos que estive nesta Casa para cumprir esta formalidade exigida por nossa Constituição, é com grande prazer e satisfação que aqui retorno, com o mesmo propósito, já que,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

após gratificante vitória eleitoral obtida entre os meus colegas de Ministério Público, tive, mais uma vez, meu nome indicado pelo Governador Dante de Oliveira para, por mais dois anos, estar à frente da Procuradoria Geral de Justiça do meu Estado.

Creiam os Srs. Parlamentares que não venho submeter à apreciação dos Senhores apenas o meu nome, trago à análise de Vossas Excelências muito mais, apresento-lhes, isto sim, um modelo de Ministério Público do qual sou somente um operário e, casualmente, seu representante e porta-voz nesta noite.

Esse modelo ao qual me refiro é aquele mesmo sonhado por Roberto Lira, ainda em meados do século passado, tempo em que o grande jurista em tom profético assim pregava: “Idealizo a transformação do Ministério Público em Ministério Público Social, preocupado não apenas com as ilegalidades, mas principalmente com as injustiças. Os privilégios, os pesos e medidas desiguais são inconstitucionais. O Ministério Público evoluiria para assumir a responsabilidade daquilo que é mais significativo na ordem jurídica, a paz social pela justiça social. Tarefa máxima da democracia nos tempos por que passa a humanidade. O Ministério Público Social procurará dar a cada um o que é seu, mas muito mais que isso, procurará acudir a quem nada tem de seu, a quem quer, mas não pode viver honestamente, a quem, apesar de tudo, não prejudica ninguém.”

A opção por esse modelo, aliás, foi amplamente manifestada pelos Membros da nossa Instituição nas eleições havidas no último dia 16 de março para a formação da lista tríplice, visando à escolha do Procurador-Geral de Justiça, quando essas propostas foram consagradas nas urnas através de esmagadora maioria.

Esse Ministério Público Social que estamos construindo tem como objetivo maior, como que seu verdadeiro dogma, servir de instrumento para construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Uma instituição que traz consigo a consciência do dever de defender, até às últimas conseqüências, a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Trata-se, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, de um Ministério Público que tem olhos de ver e, porque vê, não se conforma e luta, implacavelmente, contra as desigualdades, a exclusão social, a miséria e a fome. Esgrima-se contra a falta de moradia, educação, saúde e segurança. Combate incisivamente a corrupção, o crime organizado e as investidas atentatórias aos interesses do consumidor, do meio ambiente, da infância e da adolescência, o patrimônio público, enfim, à cidadania.

Refiro-me a um Ministério Público que busca garantir a todos a efetividade dos direitos fundamentais insculpidos em nossa Carta Política, fazendo da letra da lei verdadeiro instrumento de cidadania.

Enfim, esse Ministério Público que lhes apresento tem em cada um dos seus Membros, autênticos e obstinados “Defensores do Povo”, muito mais do que meros fiscais da lei ou da ordem jurídica, somos “Promotores de Justiça”.

A construção desse novo modelo exigiu de todos os membros e servidores do Ministério Público muito trabalho e dedicação. Afinal, precisávamos nos reciclar, repensar nossa forma de atuação contextualizando-a frente às demandas sociais e as tarefas que nos foram constitucionalmente atribuídas. Tínhamos que reestruturar a instituição, modernizá-la, torná-la ágil, estabelecer canais de comunicação com a população. Em resumo, deveríamos nos tornar mais eficientes na tarefa de defender a sociedade.

Assim, nesses dois últimos anos, posso dizer, sem falsa modéstia e com indisfarçável orgulho, que muito fizemos.

Vejam os Senhores que nesse período tomaram posse vinte novos Promotores de Justiça e recrutamos, através de seleção prévia, quarenta e dois estagiários/bolsistas; reestruturamos o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional-CEAF, que passou a assumir várias atribuições e se tornou um importante órgão auxiliar da Administração Superior; foi reestruturada também a Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça; criou-se, através de Lei Estadual, com a colaboração deste Parlamento, o Fundo de Apoio ao Ministério Público-FUNAMP, cujos recursos servem para custear perícias em geral e financiar cursos, seminários e a aquisição de livros, revistas e informativos que possam contribuir com o aperfeiçoamento técnico e estimular a produção científica dos membros e servidores do Ministério Público; criou-se também o GAECO-Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado, que vem se destacando e merecendo a aprovação de todos no combate ao chamado crime organizado e à criminalidade difusa; implantamos o INFOSEG-Sistema de Informação de Segurança, que fornece dados de processos-crimes, inquéritos policiais, vida pregressa e outras informações importantes, principalmente às nossas investigações; adquirimos mais de cento e vinte computadores e o mesmo número de impressoras e *no breaks*, oito roteadores, projetor multimídia e vários *softwares* que facilitaram e agilizaram os trabalhos da Instituição.

Além disso, ficaram interligadas, via *internet*, as Promotorias de Terceira Entrância Especial e, em breve, todas as Promotorias estarão interligadas ao mesmo sistema; foram construídos quatro prédios de Promotorias de Justiça no interior do Estado, em parceria com prefeituras, realizada a reforma do prédio da Procuradoria de Justiça, além de outras reformas menores de adaptação na Capital e no interior. Isso sem contar com a ampliação da Promotoria de Várzea Grande. Adquirimos cinco novos veículos e ainda vários fax, filmadoras, trinta e cinco aparelhos de ar-condicionado e muitos outros equipamentos.

Após ampla discussão e estudos técnicos, foi aprovada e encaminhada a esta Casa, em forma de Projeto de Lei, uma nova proposta de reestruturação administrativa, acompanhada do correspondente plano de cargos e salários dos servidores. buscando aproximar ainda mais o Ministério Público da sociedade; foi criada a Promotoria Comunitária, com ampliação de sua distribuição em conjunto com a Prefeitura Municipal de Cuiabá; instituímos um Projeto chamado Quinta Cidadã, pelo qual os promotores de Justiça deslocam-se até as escolas para discutir com a comunidade escolar temas referentes à cidadania. E, por fim, ainda foi lançada uma Cartilha destinada a educadores e líderes comunitários de todo o Estado pela qual tentamos esclarecer as funções do Ministério Público, para que a sociedade cada vez mais o compreenda bem naquilo que diz respeito a suas atribuições.

Apesar de tudo isso, sem dúvida alguma, o que merece mais destaque foi o fato de no ano passado o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, numa experiência inédita no País em termos de Ministérios Públicos, ter sido incluído no Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal dos Estados Brasileiros-PNAFE e, a partir daí, ter iniciado um importante projeto, o que tem de mais abrangente em modernização de nossa Instituição.

Para quem, como eu, assumiu o comando da Instituição com o compromisso de empreender um modelo de gestão capaz de modelar o Ministério Público às necessidades da exigente sociedade do nosso tempo, esse projeto é da maior relevância na medida que tem por objetivo instituir no âmbito da administração do Ministério Público um modelo gerencial capaz de contemplar resultados partindo de metas, que decorram de clara definição da área de atuação, sua missão, seus valores, tudo com o objetivo de satisfazer o cidadão. Vale dizer, aquele mesmo que com os recursos que recolhe aos cofres públicos, deve ser o beneficiário do nosso serviço.

Enfim, o que se propõe, e que já está em execução, é a implantação desse modelo de administração gerencial, decorrente de um planejamento estratégico, em substituição ao já anacrônico modelo excessivamente burocrático de gestão administrativa, hoje duramente criticado até mesmo pelo cidadão menos informado.

Aliás, no decorrer deste ano, pela primeira vez em sua história, o Ministério Público

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

está pautando seus trabalhos de acordo com um plano de ação estratégica, amplamente discutido entre seus membros e servidores, que validado não só pelo seu colégio maior, mas, também, por todos aqueles que exercem o cargo de gerenciamento no âmbito da Instituição.

Como vêem, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, o Ministério Público tem buscado, com muito sacrifício, adequar-se às exigências sociais. Contudo, é preciso reconhecer e, por que não dizer, denunciar que a nossa estrutura não suporta a enorme demanda social que nos apresenta.

Sabem Vossas Excelências o quanto o Ministério Público é cobrado para a resolução dos mais variados problemas da sociedade. E essa circunstância revela que a Instituição conseguiu granjear o respeito e a confiança do cidadão.

Se de um lado isso muito nos orgulha, por outro, nos traz permanente preocupação. Ocorre que essa modesta estrutura, sobre a qual labutam os Membros da Instituição, precisa ser melhorada e todos sabem as limitações que são hoje impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente no que diz respeito às despesas com pessoal e serviço de terceiro. Nesse passo, a nossa esperança é de que tenhamos uma transparência na apuração da chamada Receita Corrente Líquida, com base na qual são fixados os percentuais destinados aos Poderes e Instituições, bem como na capacidade de incremento da Receita Tributária do Estado.

Aliás, aqui é importante ressaltar o compromisso que todos devemos ter no combate que se deva travar contra a chamada sonegação fiscal.

Da nossa parte, eu posso lhes garantir que temos intensificado a nossa atuação nessa área, onde temos, inclusive, Promotorias especializadas, agindo em sintonia com todas as demais comarcas do Estado, prova desse incremento é o aumento do número de inquéritos, investigações e ações penais em tramitação, que versam sobre crimes contra a ordem tributária, e mais, outras tantas ações ajuizadas em vista de prática de atos que constituem improbidade administrativa, praticados por agentes públicos e particulares que com eles conluíam.

Meus prezados Deputados, longe de abusar da generosa paciência dos Senhores, mas somente porque está na ordem do dia, eu quero ainda enfatizar, especialmente, que o Ministério Público não está alheio à alarmante onda de violência que assola o nosso Estado. Ao contrário, de nossa parte, temos como meta, dentro do plano de ação estratégica, reduzir a zero o estoque de inquéritos policiais, com carga e vista aos Promotores de Justiça, e em 50% o tempo de tramitação das ações penais de réus soltos, naquilo que diz respeito à atuação do Ministério Público. Além disso, estamos intensificando a fiscalização da execução, provendo as promotorias criminais de recursos humanos e materiais e adotando outras tantas medidas previstas em nosso plano estratégico que já está em andamento.

Paralelamente a isso, temos mantido permanente diálogo com as autoridades ligadas à área de Segurança Pública de nosso Estado, visando contribuir, mesmo que no plano das idéias, para com o flagelo da violência que, ao contrário do que muitos imaginam, atinge com muito mais vigor justamente as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Contudo, é preciso ter claro que nenhum esforço será suficiente se não forem feitos, por parte do Poder Executivo, urgentes e volumosos recursos financeiros no setor. É preciso ter claro que investir em Segurança Pública é investir no social, é investir na vida, e representa também investir no próprio desenvolvimento do Estado, afinal, de nada vale mostrar as nossas potencialidades a empreendedores espalhados por todo o mundo se, mais tarde, eles próprios descobrirem que ao lado de todas as nossas riquezas convivem a violência e o medo.

Meus prezados Deputados, temos consciência e humildade suficientes para reconhecer que a sociedade ainda espera muito mais do Ministério Público e foi justamente por isso que, estimulado por meus colegas, me dispus a postular mais um mandato frente à Procuradoria-Geral

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

da Justiça, a fim de que definitivamente possamos concretizar plenamente aqui em Mato Grosso aquele ideal de Roberto Lira a que me referi inicialmente, de modo a termos um Ministério Público suficientemente forte, independente e democrático, para fazer face às injustiças sociais.

Eram essas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, as considerações iniciais que gostaríamos de fazer, colocando-me à disposição para a argüição dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Os Deputados poderão consultar do art. 501 em diante, que trata da argüição que estamos formulando hoje.

Com a palavra, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso, Dr. Guiomar Teodoro Borges, demais Procuradores aqui presentes, Dr. Antônio Hans, ex-Procurador-Geral, e demais, colegas Deputados Estaduais, Sr^a Deputada, imprensa mato-grossense.

Sr. Presidente, eu fiz questão de usar a palavra, primeiro porque eu tenho, infelizmente, ainda um jantar a cumprir nesta noite e não poderia sair daqui sem deixar a minha mensagem e, ao mesmo tempo, dizer ao Dr. Guiomar Teodoro Borges que, para mim, isso aqui é uma mera formalidade em cumprimento à Constituição do Estado e ao Regimento Interno, primeiro, porque ele já provou toda a sua competência à frente do Ministério Público, prestando, sem dúvida nenhuma, um grande trabalho.

É uma Instituição que goza de credibilidade e que a própria sociedade diz isso, aliás, as pesquisas apontam isso. O resultado eleitoral demonstra a aceitação de Vossa Excelência junto aos Procuradores e Promotores do Estado de Mato Grosso. Então, sem dúvida nenhuma, não seria esta Casa que faria o julgamento, ou que iria comprovar a sua capacidade para o exercício do cargo. Na minha opinião pessoal, Vossa Excelência está aprovado pelo trabalho que fez.

Agora, eu não poderia deixar de fazer algumas considerações, não são nem indagações que eu faço.

Inicialmente, quero lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal preocupa não só o Ministério Público, mas preocupa praticamente todas as instituições, todos os Poderes. É necessário transparência? Sim, é necessário transparência, mas o prejuízo do serviço público em função dessa Lei começa a trabalhar contra a sociedade, especialmente nessa Instituição.

Então, nesse aspecto já fizemos alguns alertas, inclusive ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, onde dissemos que o Brasil não poderia ser tratado com igualdade com tantas situações desiguais. Tratar Estados periféricos como o Estado de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, é tapar os olhos para uma realidade que está aí à nossa frente, tanto é que os Estados que têm arrecadação acima do 14º lugar praticamente nenhum vai estar enquadrado dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ainda alguns abaixo disso. Logicamente que São Paulo e outros terão facilidade nisso.

Em seguida, aproveito para parabenizar o Ministério Público pelo combate à sonegação fiscal. Esta Casa fez, e eu quero dizer à Deputada Serys e aos demais Deputados que na ocasião fizeram denúncias que o Ministério Público prestou um grande trabalho ao Poder Executivo e a toda sociedade mato-grossense, porque ao combater a sonegação nós estamos defendendo exatamente aquele que precisa da escola, da saúde, que precisa da estrada, e, nesse aspecto, o Ministério Público foi um grande parceiro do Poder Executivo, de toda sociedade e de todos os Poderes, porque quando o Ministério Público trabalha para melhorar a Receita, melhora a estrutura de todos os Poderes. Então, eu quero parabenizá-lo.

Nesta oportunidade, gostaria de chamar a parceria do Ministério Público com mais efetividade na questão da Segurança Pública.

Nós temos um Secretário de Segurança que tem competência e tem credibilidade, mas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

não tem a estrutura necessária para combater a onda de violência que se estabeleceu neste Estado. E, nesse aspecto, eu, esta Casa reconhece, em todos os momentos, que, apesar dos esforços, das ações, o Secretário de Segurança ainda não teve o aparato suficiente para um combate efetivo da violência. Para se ter uma idéia, Mato Grosso deveria ter hoje onze mil policiais militares. Temos quatro mil, setecentos e sessenta; Mato Grosso deveria ter o triplo do efetivo de Polícia Civil que temos hoje, infelizmente nós temos muito pouco.

Afora essa questão da violência - sei que o meu tempo está se esgotando, porque nós temos um tempo a cumprir - eu gostaria de chamar a parceria do Ministério Público para a aplicabilidade das leis. Falei isso aqui há algum tempo atrás, na arguição do Dr. Antônio Hans, pois nos preocupa o fato de um grande número de leis que poderiam beneficiar a sociedade e que não estão sendo aplicadas.

Esta Casa fez, nos últimos dias, um Requerimento, Deputado Gilney Viana, para saber as leis que faltam ser regulamentadas pelo Poder Executivo e para saber as leis que estão regulamentadas e que não estão sendo aplicadas. Eu gostaria de ter essa parceria do Ministério Público.

No mais, reconhecer não só o trabalho de Vossa Excelência como Procurador, mas também reconhecer que o Ministério Público, nesses últimos anos, tem sido feliz na escolha dos seus Procuradores. Já foi reconduzido ao cargo aqui o Dr. Antônio Hans, com mérito, e também tenho certeza que Vossa Excelência será reconduzido por esta Casa com mérito.

Quero dizer que esta Casa está pronta para discutir as questões de interesse do Estado com o Ministério Público, com o Poder Judiciário e com o próprio Executivo.

Esta Presidência tem sido o mais democrática possível, tenho certeza que está aberta a discutir e a participar, chamar a parceria da sociedade para também participar, inclusive no combate à violência, uma vez que a inserção da sociedade nesse projeto é importante, porque mais do que não ter conseguido combater a onda da violência, Deputado Humberto Bosaipo, o que nos preocupa são as pesquisas recentes de que o próprio povo está admitindo que não tem sido feito nada para combater a violência. Tem sido, mas muito timidamente. E quando a própria sociedade estiver participando, eu tenho certeza que ela mesma poderá ver que a violência não é um problema apenas de Mato Grosso, é um problema nacional e até mundial.

Agradeço pela compreensão, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Deputado, eu agradeço não só o apoio de Vossa Excelência, e quero dizer que, no que diz respeito à aplicação das leis que foram aprovadas pela Assembléia Legislativa, que beneficia o cidadão e que eventualmente não estejam sendo aplicadas, eu me comprometo a fazer um levantamento nesse sentido, junto a Vossa Excelência, porque se a lei emanou do Parlamento, legítima representação popular, é importante que nós cobremos do Executivo a sua implementação, até porque se elas são direcionadas ao interesse do cidadão, precisam efetivamente ser cumpridas. Não faz sentido não se cumprir leis. Quanto a isso, Vossa Excelência pode contar com o apoio do Ministério Público.

E, de resto, também pode contar com o apoio do Ministério Público. Eu cheguei a assinalar isso na minha exposição inicial, no que tange à questão da violência. Realmente, é algo que preocupa a sociedade brasileira, de modo particular a nós aqui no Estado de Mato Grosso, inclusive, as estatísticas mostram que nós, hoje, moramos numa cidade que é a terceira mais violenta do País. Quer dizer, isso é um dado estatístico que nos deixa profundamente constrangidos e muito preocupados.

Eu quero dizer que o Ministério Público está envidando todos os esforços, nós estamos implementando, intensificando a área do Ministério Público nesse planejamento estratégico nosso, a fim de denunciar todos esses casos, apoiar essas infrações penais, incrementar um pouco mais, diminuir o tempo de julgamento dessas ações penais, inclusive, provocando o Tribunal que também

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

está começando um processo de modernização nesse sentido.

E quero dizer mais: essa questão de segurança, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é alguma coisa que extrapola, hoje, pelo menos para mim, de modo singular, no momento da vida do Estado de Mato Grosso, extrapola os limites das facções políticas de interesses, sejam quais forem. É preciso que haja, primeiro, um investimento do Governo na questão da segurança pública e é preciso que todos os segmentos da sociedade, dos poderes, dos órgãos, a sociedade civil e organizada se una no sentido de fazer com que nós tenhamos uma Polícia integrada à sociedade.

Quero dizer aos Senhores que a Polícia do Estado de Mato Grosso, a polícia técnica, que já não é muito aparelhada, às vezes, tem dificuldade de apurar infrações penais e a gente acaba, às vezes, não conseguindo denunciar, ou quando denuncia não consegue condenar, porque não se ouviu as pessoas dos fatos, porque ela não tem confiança na Segurança Pública, não tem confiança na autoridade policial.

Precisamos ter uma Polícia integrada à sociedade. E o que eu percebo é que o Dr. Corbelino está com um projeto nesse sentido, que tem que estar acima dos partidos políticos. Eu achei muito interessante o apoio de todos os segmentos nessa ótica - claro que tem os defeitos de segurança pública - porque senão, não apura. Apura individualmente, os casos pontuais que ocorrem, mas no global, parece-me que essa política precisa ser implantada a bem de todos nós, a bem da sociedade mato-grossense.

Vossa Excelência pode estar certo de que o Ministério Público já está preocupado, empenhado, nesse propósito.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Guiomar Teodoro Borges, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Dr. Antônio Hans, demais Procuradores e Promotores aqui presentes.

Dr. Guiomar Teodoro Borges, a onda de violência está sendo debatida em todos os momentos nesta Casa e por quase todos os Deputados. Nós sabemos que temos, hoje, à frente da Secretaria, um membro do Ministério Público, como disse o Deputado Riva, que goza da mais alta confiança deste Parlamento, e o problema é, realmente, a questão estrutural do aparelhamento, de mais homens.

Entretanto, nós temos, Dr. Guiomar Teodoro Borges, uma grande preocupação, pois temos vários municípios novos e a Assembléia Legislativa tem cobrado do Poder Judiciário a instalação de novas comarcas. Nós sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal atinge a Instituição Ministério Público, como atinge todos os Poderes. Como é que o Ministério Público vai poder atuar nos municípios novos, que foram criados, se a Lei de Responsabilidade Fiscal está impedindo a contratação? Eu sei que o Orçamento do Ministério Público é, basicamente, voltado, principalmente, para a contratação, para o chamamento dos concursados, dos promotores. Qual a alternativa que o Ministério Público vai adotar, qual é o projeto estratégico com relação à ampliação de seus quadros, para que possa levar, realmente, o cumprimento das leis a todos os municípios do Estado?

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Deputado Nico Baracat, Vossa Excelência acabou tocando numa questão que diz de perto, pelo menos, com relação ao Ministério Público, que é a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Mais de 90% do Orçamento do Ministério Público, dos recursos destinados à entidade, são para pessoal. E nós já estamos trabalhando na faixa, exatamente, de 2% que são reservados ao Ministério Público, no contexto da Lei Complementar n.º 101, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, hoje, se Vossa Excelência nos perguntar - e efetivamente está perguntando -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

como nós vamos resolver esse problema, eu confesso que não tenho a solução. A esperança que eu tenho é que, primeiro, nós encontremos mecanismos para melhorar esse índice de alguma forma, porque essa questão não é somente no Estado de Mato Grosso. Ela é uma questão nacional, tanto do Ministério Público, quanto do Judiciário.

Ainda ontem, em Brasília, numa reunião nacional, nós discutíamos isso. A grande maioria, como falou o Deputado Riva, a grande maioria dos Ministérios Públicos dos Estados está com o mesmo problema, ou seja, estão acima, aquém do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, os quadros vazios, precisando de implementar.

Agora, nós temos pelo menos uma expectativa, até que se encontre uma solução legislativa. Como o Estado de Mato Grosso é um Estado que está numa progressão de arrecadação, de implementação, nós ficamos na expectativa de que se abra esse horizonte em nível de arrecadação, para que nós possamos albergar nos quadros os Promotores necessários a desempenhar suas atribuições nesses municípios que Vossa Excelência se referiu.

Não vejo alternativa outra, a não ser esta, e também lutar no combate à sonegação fiscal; e quando eu digo que nós íamos entrar no combate à sonegação fiscal, eu quero até fazer um esclarecimento, não é que o Promotor de Justiça seja agente do Poder Público para arrecadar tributo, o Estado tem a sua estrutura própria, através da Secretaria de Fazenda, os fiscais do Estado. Mas, na verdade, essa questão de sonegação de impostos ganha uma desproporção terrível.

Apenas para dar um parâmetro para os Senhores. Nós começamos uma investigação aí, com a Secretaria de Fazenda, num período de praticamente dois anos, e nós podemos já - temos dados, eu tenho até essas informações aqui - detectar que nesse universo investigado, nesse pequeno espaço de tempo, já se subtraiu dos cofres públicos, deixou de entrar nos cofres públicos, quase dois meses de arrecadação do Estado da Receita de ICMS. Quer dizer, é muito dinheiro que não está entrando nos cofres do Estado, ou seja, há uma certa convivência entre agências do Poder Público com alguns segmentos empresariais, exatamente para fazer com que os recursos não sejam arrecadados.

E eu, sinceramente, sou muito indignado com essa questão de sonegação fiscal por uma razão muito simples. O que é o tributo? O tributo é exatamente aquela solidariedade de todos em benefício de uma estrutura de Estado que deve fazer com que esses recursos sejam revertidos à sociedade, sob a forma de educação, saúde, segurança e justiça, por aí afora.

Agora, não é justo que o cidadão, por exemplo, ganha o seu dinheiro com todo sacrifício, vai na quitanda, faz a sua compra e por ali, por qualquer razão, esse recurso que ele paga ali, embutido no preço, esse dinheiro, correspondente ao imposto, não chegue a ele sob a forma do serviço que o Estado promete e deve à população. Eu acho que, além dessa função social do imposto, que é a solidariedade de todos, nós temos ainda os prejuízos das estruturas dos órgãos públicos, mas não tenho receita acabada para responder a sua pergunta, a não ser em nível de expectativa.

O SR. NICO BARACAT - Isso significa para nós uma preocupação a mais, porque nós precisamos levar e precisamos ter o Ministério Público nos mais diversos Municípios do Estado.

Sabemos que há um processo trimestral de avaliação desse processo, para o qual se reunirão o Ministério Público, os demais Poderes, e que isso será avaliado trimestralmente para se buscar um entendimento maior e mais forte nesta área.

Um outro questionamento: qual a linha, os métodos e os critérios que serão adotados por Vossa Excelência na direção e no comando do Ministério Público?

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Veja, eu, no comando do Ministério Público, vou adotar sempre a linha que adotei, que é fazer com que a Instituição tenha um verdadeiro compromisso com a sociedade. Essa é a linha de ação: compromisso com a sociedade, ética no exercício da função, que são dois parâmetros balizadores da minha atuação no Ministério Público. Para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

isso vamos trabalhar exatamente o aperfeiçoamento dos membros do Ministério Público, através de cursos, treinamento, ampliação, exatamente para moldar, cada vez mais, a Instituição a esses valores. E, dentro do gerenciamento administrativo, em princípio, estamos implantando um modelo gerencial que contemple resultado nos trabalhos do Ministério Público, porque tradicionalmente a Administração Pública tem um modelo de atuação burocrático muito visto de dentro, sem olhar para fora dos muros.

O que nós queremos exatamente com esse planejamento estratégico é fazer com que o trabalho do Promotor de Justiça seja o mais proveitoso possível, com menos recursos, com menos espaço de tempo para a sociedade. Essa vai ser a estratégia adotada nesse sentido.

O SR. NICO BARACAT - Muito obrigado, Sr. Procurador-Geral.

Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Guiomar Teodoro Borges, Dr. Antônio Hans, Dr. Domingos Sávio, Dr. Mauro Viveiros, sejam bem-vindos a esta Casa.

Eu queria parabenizá-lo pela vitória, Dr. Guiomar Teodoro Borges, e dizer que aqui nesta Casa de Leis foi criada uma Comissão para ajudar a investigar e acompanhar o caso do garoto Rodrigo. Como eu sei que Vossa Excelência está no caso também, um caso rumoroso, que chocou a sociedade, a idéia da Assembléia Legislativa é ajudá-lo e ajudar a esclarecer esse caso.

Como eu fui o autor desse Requerimento, deverei ser o Presidente dessa Comissão. Eu quero dizer a Vossa Excelência que pode contar conosco aqui na Assembléia, que o intuito nosso é de ajudar a esclarecer, porque a sociedade cobra isso da gente, do Poder Público.

E também fazer uma pergunta a Vossa Excelência. Até ontem ainda vi, numa publicidade, a imprensa cobrando se está perto de ser elucidado, porque existem vários comentários e eu quero saber como está esse caso e quero dizer também que nós vamos estar acompanhando, junto com alguns colegas Parlamentares aqui.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Pois bem. Eu quero dizer a Vossa Excelência que - parece que a pergunta é direcionada mais especificamente sobre a questão funcional, o eventual desvio de função do Ministério Público. Não é isso? Porque, com relação à mãe do menor, já foi processada, já foi aplicada a medida de internação própria; a parte criminal do rapaz, do Adailton, também está correndo normalmente. A pergunta que eu faço é para esclarecer se Vossa Excelência quer saber sobre a conduta do Promotor, é isso?

O SR. MOACIR PIRES - É. Existe aí na imprensa, a gente leu, vários assuntos, que a mãe adotiva já tinha feito denúncias no SOS Criança, já tinha feito denúncias no Ministério Público e nós queremos saber se o Ministério Público está acompanhando essas denúncias, se tem...

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Já entendi.

O problema é o seguinte: esse assunto, que diz respeito à atuação funcional do Promotor do Ministério Público que atuou ou dos membros do Ministério Público que atuaram no processo, está sendo objeto de uma investigação no âmbito da Corregedoria do Ministério Público. Essa investigação está em andamento, vai desenvolver isso naturalmente, já está bem evoluída.

Agora, eu tenho dificuldade de prestar maiores informações a Vossa Excelência a respeito, primeiro, porque eu não estou acompanhando bem o caso, as investigações estão afetas à Corregedoria. E, segundo, o Membro do Ministério Público em torno do qual giram as investigações invocou o direito de sigilo, pois a Lei protege essa investigação. E mais, eu não podia adiantar julgamento, porque no final eu teria que proferir uma eventual decisão. Então, eu fico com essa dificuldade de prestar essas informações detalhadas, exatamente porque foi invocado o direito de sigilo, tem uma garantia legal, uma Lei Orgânica nossa, até votada aqui neste Parlamento e eu teria

dificuldade de adiantar juízo de valor a respeito.

O que eu posso afirmar a Vossa Excelência é que o Ministério Público não é essa instituição, pelo menos, tão corporativa, tem a sua idéia de corpo, mas dentro dos limites da ética e da legalidade, e o que depender do Ministério Público, essas indicações serão desenvolvidas naturalmente, mas eu ficaria devendo a Vossa Excelência maiores detalhes a respeito.

O SR. MOACIR PIRES - Devo informar que faltam dois Partidos indicarem os membros dessa Comissão, mas, de antemão, eu quero dizer a Vossa Excelência que a formação dessa Comissão é no intuito de ajudar.

Pode contar com esta Assembléia Legislativa para esse assunto e outros provenientes que virão, pois estaremos sempre aí para ajudá-lo.

Muito obrigado e parabéns por sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados.

Dr. Guiomar Teodoro Borges, permita-me dialogar com Vossa Excelência sobre dois temas: o primeiro tema é um tema mais geral, mas eu gostaria de saber a opinião de Vossa Excelência. É sobre a tentativa do Executivo, particularmente o Executivo Federal, através de Medida Provisória, de impor condições ao funcionamento do Ministério, sobre que condições podia-se publicar as suas próprias atividades e em que condições poderia tomar certas iniciativas em relação a membros de outros Poderes. Ou seja, uma polêmica que foi suscitada lá em Brasília, muito recentemente, mas que atingiu o Ministério Público como um todo. Então, esta é a primeira questão, é mais geral, mas é muito importante para entender as coisas que de princípio orientam a operacionalidade das pessoas, as atitudes.

E a segunda pergunta é mais vicinal. Vossa Excelência fez um balanço, eu diria mais geral, das iniciativas, dos equipamentos, das condições materiais de funcionamento do Ministério Público. Mas eu queria saber - se não for possível agora, Vossa Excelência poderia fazer alguma indicação, não necessariamente no mérito - em que porcentagem as iniciativas próprias do Ministério Público, de *motu proprio* e iniciativas que são provocadas por cidadão ou cidadã, pela sociedade, ou seja, eu gostaria de medir em que peso o Ministério Público tem capacidade própria de intervir, ou se ele só intervém quando provocado. Parece-me que ele tem autonomia para intervir, inclusive, contra o Estado, mesmo sem provocação, diante de evidências, obviamente, quando ele toma conhecimento de algumas atitudes de lesão à Lei.

E, aí, eu vou passar para o corolário, nessa pergunta, por decorrência dela: qual é a resolutividade das iniciativas do Ministério Público? Nós estamos numa fase em que todo mundo fica cobrando, aqui dos Deputados, a resolutividade.

Eu gostaria de dizer que eu tenho boa expectativa com relação ao Ministério Público. Mas, ao discutir esse novo mandato de Vossa Excelência, essas discussões eu considero pertinentes. Eu vou me propor a ouvi-lo, depois, se for o caso, estabelecer um diálogo com Vossa Excelência.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Quanto à primeira indagação, Vossa Excelência se refere a Projeto de iniciativa do Poder Executivo, e tem também Projeto de iniciativa do Parlamento, em alguns casos, mais propriamente Projeto de iniciativa do Executivo, inicialmente instituindo a chamada, muito conhecida, "Lei da Mordaza". Ou seja, houve uma tendência, aliás, uma iniciativa mesmo, um alavanco do Poder Público Federal, no sentido de editar instrumento legislativo, inclusive através de Medida Provisória, exatamente no sentido de fazer com que o Ministério Público não pudesse manifestar, exteriorizar, na imprensa, as investigações que estivessem afetas a todas as funções, ao menos no Ministério Público.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Esta foi uma questão muito polêmica etc. e tal. Pois bem, qual a minha opinião sobre isso? Eu, na verdade, sou uma pessoa extremamente aberta, aberta ao diálogo, eu acho que a sociedade tem direito de saber tudo o que se faz na Administração Pública. Confesso, por exemplo, que fiquei constrangido aqui de responder ao nobre Deputado Moacir Pires que a Lei garante determinados sigilos. Porque, se é comigo que está acontecendo qualquer investigação, eu quero que abra, que todo mundo acompanhe, mostre a todos, eu acho que é muito mais saudável, mas de qualquer forma também, eu tenho que observar as regras legais.

Então, eu acho que essa iniciativa do Presidente da República, do Poder Executivo Federal, de instituir a chamada “Lei da Mordaca”, não é uma iniciativa que, hoje, se coaduna com as exigências da sociedade democrática em que vivemos. Eu acho que, se está se investigando uma coisa no âmbito do Poder Público - como a sociedade é curiosa, hoje ela está mais politizada, mais esclarecida, pelo menos melhorou muito, a imprensa mais investigativa - tem que ser acompanhada, deve ser mostrada. A coisa se chama coisa pública e se está sendo em nível de Poder Público, eu acho que precisa ser mostrada.

Agora, eu quero dizer o seguinte: se de um lado isso é verdadeiro, eu não sou adepto de colocar em escala de execração pessoas antes do julgamento. Eu acho que nós precisamos noticiar os fatos, mas devemos ter o cuidado de preservar a intimidade das pessoas.

Observados esses parâmetros, eu sou amplamente a favor da liberdade de imprensa, da liberdade de investigação e da liberdade, sobretudo, de informação. A sociedade tem o direito de ser informada. Aliás, é isso que consta na Constituição, é garantia constitucional, é cláusula pétrea. Ela tem o direito de ser informada! Agora, o que não se pode fazer é ultrapassar, colocando alguém na execração pública, mas o direito de informação, a abertura à liberdade, eu sempre defendi, sobre todos os aspectos.

O SR. GILNEY VIANA - Nesse aspecto, então, essa história de gravar a fita e depois revelar, com isso Vossa Excelência não concorda?

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Gravar a fita...

O SR. GILNEY VIANA - Gravar as conversações no Ministério Público.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - A questão de gravar pode ser até...

Gravar e quebrar é um negócio interessante. É meio complicado...

A outra questão é se o Ministério Público age muito por iniciativa própria, por fonte própria, ou se ele age só quando provocado. Esta é uma das que...

O SR. GILNEY VIANA - Que pesou. Se tem algum balanço...

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Eu confesso, Deputado, que eu não tenho, no momento, estatística nesse sentido. Entretanto, eu quero dizer que, num primeiro momento, o Ministério Público agiu muito impulsionado, sempre esperando: “Ah, então representa, etc.” Parece-me que o Promotor se sentia até meio resguardado: “Ah, eu não fui representado!” Entretanto, nós estamos, há algum tempo, tentando quebrar essa cultura. Então, hoje, o Ministério Público age muito por impulso. Às vezes, as informações da imprensa ajudam, pois a imprensa colabora muito com isso. A imprensa noticia um fato, nós fazemos uma avaliação, checamos, a notícia tem fundamento, nós instauramos procedimento, investigamos. E, com base em informações da imprensa, tem-se chegado a muitos resultados nessas áreas.

Eu devo dizer, por exemplo, que no ano de 2000 nós propusemos duzentas e noventa e oito ações civis públicas no Estado. A grande maioria delas - eu não sei a maioria, mas a grande parcela corresponde à iniciativa própria dos Promotores de Justiça, uma grande parcela delas, não diria números. Isso mostra que nós estamos criando uma cultura de que o Ministério Público, se ele tem autonomia para agir e pode agir sem impulso, não vamos esperar o impulso, vamos nos auto-

impulsionar. É essa a metodologia que nós temos adotado, e que tem ganhado corpo no Ministério Público.

O SR. GILNEY VIANA - Uma última pergunta, que é decorrência dessa primeira. Eu falei se a resolutividade...

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - A resolutividade...

O SR. GILNEY VIANA - Desculpe-me, é uma diferenciação. Nessas duzentas e noventa e oito iniciativas, o Senhor tem alguma noção daquelas que são contra o Estado ou aquelas contra agentes privados?

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Não tenho esse dado estatístico, mas fico devendo a Vossa Excelência.

Por exemplo, aquelas de improbidade administrativa, a maioria delas pega às vezes particular, mas pega o Estado.

A questão da resolutividade, qual é o resultado prático? Pois bem, em primeiro lugar, é preciso lembrar que nós temos um modelo de Justiça, um modelo jurisdicional muito burocratizado, muito lento - eu, porque sou do meio, vejo que isso atinge o Ministério Público, nós estamos inclusive lutando por isso, eu sempre fui daqueles que lutou pela modernização processualística, exatamente para que essa receptividade chegue ao fim. É claro que nós precisamos ter as garantias constitucionais, ampla defesa e etc., mas tem muita coisa que é meio burocrática, e que pode ser eliminada em nível de legislação, o que contribuiria muito.

Tem-se aperfeiçoado muito a legislação. Agora, por exemplo, nós estamos com o Projeto de Reforma do Código de Processo Penal que vai melhorar muito, inclusive, se passar como está, embora haja um corporativismo muito grande de uma interferência maior do Ministério Público, vai dar autoridade policial e tal. Eu não sei, é muito difícil, a Polícia tem uma força muito grande no Congresso Nacional, mais do que o Ministério Público, não sei como é que as coisas vão acontecer, mas me parece que, hoje, é uma exigência da sociedade, eu tenho a impressão que isso vai melhorar.

De qualquer modo, Deputado, o que eu posso adiantar é que das ações que eu proponho, quando nós não conseguimos uma antecipação de tutela, uma liminar para proteger o direito, esperar o resultado final - não preciso dizer a Vossas Excelências da dificuldade da demora - a resolutividade fica diferida no tempo e nós ficamos, às vezes, de certo modo, até um pouco frustrados em algumas situações, até porque também a tutela dessas ações civis públicas é uma coisa que também não é muito da nossa cultura, sobretudo no Judiciário, que às vezes dificulta um pouco.

Agora, o que nós temos conseguido muito em nível de resolutividade, já não é nem mais nas ações propostas, porque nos últimos tempos nós temos proposto ação só quando não tem jeito. Exatamente para ter essa resolutividade que Vossa Excelência se refere, nós temos buscado no chamado Termo de Ajustamento de Conduta, que a Lei prevê, e que tem resolvido muita coisa neste sentido, nas áreas do meio ambiente, do consumidor, da cidadania, enfim, nós temos resolvido muitos problemas. Ou seja, os promotores recebem a representação ou vem a notícia, instauram o procedimento, mandam chamar: "Olha, vamos resolver isso assim, assim, porque a Lei diz isso." E, às vezes, acabamos resolvendo muito isso. Tenho tido um resultado prático muito interessante, porque, se você pega esse mesmo fato, distribui uma ação no Judiciário e vai demandar, a resolutividade, que poderia ser imediata, vai acabar diferida no tempo e nós, até certo modo, frustrados. Então, temos feito isso e isso tem melhorado muito o nível de atendimento do Ministério Público. Quero dizer, inclusive, que se nós temos hoje duzentas e noventa e oito ações propostas no Estado no ano de 2000, o número desses ajustamentos é muito maior, exatamente por causa da resolutividade que ele apresenta.

O SR. GILNEY VIANA - Se o Sr. Presidente me permite, eu gostaria de fazer mais uma indagação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBETO BOSAIPO) - Eu vou abrir esse precedente a Vossa Excelência.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe-me um pouco de ignorância em relação à estrutura do Ministério, mas - se eu estiver errado o Senhor me corrija - existem alguns Promotores, em nível da Primeira Instância, que têm um grau de especialização. Eu estou vendo isso aqui em Cuiabá, mas na Comarca do interior essa especialização não existe.

Pois bem. O Senhor se lembra que, quando estive aqui na primeira vez, eu o cobrei para que fosse mais ativo na área ambiental e, agora, dois anos depois, eu quero falar para o Senhor que eu acho que foi razoável. Para o meu gosto, é preciso que o Senhor estimule também mais os Promotores do interior a intervirem nesse setor e se, nesse sentido, existem foros do Ministério Público onde possa haver o estímulo para que o Promotor do interior se aventure em áreas que, às vezes, não são aquelas tipo criminais, cíveis, mais ambientais, culturais. Aqui é uma cobrança, mas o Senhor fique tranquilo, porque passou com uma média razoável, uma média boa... Mas eu gostaria que o Senhor tivesse uma política para os Promotores que não são especializados, para que possam desenvolver esse tipo de ação.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Muito obrigado, Deputado.

Essa questão a que Vossa Excelência se refere, ou seja, essa área chamada de interesse coletivo, é uma área pela qual eu sou absolutamente apaixonado, aliás, atuei muito tempo nesta área, sou adepto dessa área dos interesses coletivos e isso é extremamente importante, sobretudo a área do meio ambiente. Nós tivemos, há uns oito meses atrás, antes de nomear os Promotores novos, quando as comarcas estavam sem Promotores, então os Promotores ficavam numa comarca respondendo por outra e mais outra. Então, ficava só praticamente o tempo absorvido nos processos. Agora, com essa nomeação que eu fiz no mês de outubro passado, houve uma distribuição melhor e isso vai possibilitar que eu satisfaça a mim mesmo e sobretudo a Vossa Excelência.

O SR. GILNEY VIANA - Eu gostaria que surgissem mais Promotores ativos nessa área, somente onde existe mais depredação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria cumprimentar o Dr. Guiomar, o Dr. Antônio Hans, o Dr. Mário Viveiros, o Dr. Domingos Sávio e demais autoridades.

Primeiro, eu quero colocar que, hoje, nós temos um Secretário de Segurança Pública que vem do Ministério Público e a Segurança Pública está hoje em crise, mas tem um Secretário de credibilidade, que é o Dr. Benedito Corbelino. Só que eu sinto nas minhas avaliações que ele está chegando no ápice e não é culpa dele, é culpa da própria estrutura do Estado, do próprio sistema, e que esta Casa de Leis está precisando fazer algumas mudanças estruturais na Lei Orgânica da Polícia Militar, na Lei Orgânica da Polícia Civil, criar a Ouvidoria, criar o Fundo de Amparo às Testemunhas. E eu quero, pela credibilidade do Ministério Público, que haja uma participação e um apoio maior de sustentação a esse Secretário de Estado, até por ser um membro do Ministério Público e por ter essa credibilidade perante a Assembléia, e que nos ajude a fazer essas mudanças estruturais que nós estamos precisando.

Nossa ida a essa reunião, à tarde, Dr. Guiomar, Vossa Excelência, por si só, me deu credibilidade para ser solidário a essa gestão sua, porque Vossa Excelência abriu o Ministério Público, debatemos os assuntos com muita consistência, e houve um debate aberto a todos os Poderes constituídos ali. Mas, quando se fala em resolutividade, e eu queria voltar nessa questão...

Eu sou engenheiro civil, mas chego à conclusão que muitas vezes você quer que as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

coisas sejam mais objetivas. Tem hora que eu não entendo por que um policial, por exemplo, que executou um jovem, há um ano atrás, nunca foi preso e continua no meio da sociedade, trabalhando lá em Rondonópolis... E o menino, que testemunhou, quando saiu lá do Ministério Público hoje, falou: “Olha, Deputado, eu não vou falar nada, porque eu estou com medo de morrer, porque ele já me ameaçou, ele já foi lá em casa.” Mataram mais um jovem aqui em Paranatinga e os policiais já estão trabalhando em Chapada dos Guimarães. Eu não consigo conceber isso. Daí eu pergunto para mim mesmo: eu não entendo, é um círculo? O Ministério Público denuncia, vai para o Poder Judiciário, muitas vezes tem um prazo, daí liberta. Quer dizer, esse círculo é complicado, eu não sei onde está a omissão.

Então, eu queria pedir a Vossa Excelência, se pudesse, que o Ministério Público abreviasse certos prazos, certos espaços, intercedendo sobre alguns encaminhamentos que a gente acha ilícitos. Eu acho que isso vai dar mais consistência. Por exemplo, eu não sei se o Ministério Público tem condições de chegar e falar o seguinte: “Olha, o Governo não pode deixar um homem, que é servidor do Estado, mas que feriu os interesses da sociedade, trabalhar.” Eu acho que o Ministério Público teria que tomar uma atitude para que esses homens não pudessem trabalhar. Hoje eu ouvi do Secretário de Segurança Pública, mesmo com toda a credibilidade, dizendo o seguinte: “Ora, o Poder Judiciário soltou, eu não posso fazer, eu tenho que pôr ele para trabalhar” Mas, como é que você vai pôr uma “peça”, que é um servidor do Estado, para trabalhar, se ele não tem credibilidade? E não é só nesse sentido. Eu quero dar um outro exemplo: eu estou fazendo uma investigação no Estado que é sobre a Lei da Terra. Eu acho que tem que mudar a Lei da Terra, eu acho que tem que haver mudanças estruturais. E eu vim aqui, hoje, pedir essa parceria. Essa parceria não é para a gente, é para a Instituição Assembléia Legislativa.

Eu sinto que estamos extremamente superados em todos os aspectos, na área de segurança, na área da terra, na área de meio ambiente. E é importante pegar essa experiência que o Ministério Público tem e a credibilidade que ele tem. Foi uma denúncia minha e do ex-Deputado Elarmim Miranda que ajudou a descobrir aquele desvio da terceira via, que foi aquela denúncia de Sinop, que o Prefeito Ademir Barbosa e o Procurador do Município de Sinop, Sidney Marques, passaram para mim e para o ex-Deputado Elarmim Miranda, e nós mandamos para o Ministério Público. Hoje, eu senti que essa parceria deu certo, nós tentamos uma CPI aqui na Assembléia Legislativa e tivemos apoio do Ministério Público.

Então, eu quero aqui dizer que Vossa Excelência pode contar com o nosso apoio. Hoje, eu senti muita credibilidade ali, no debate aberto dentro do Ministério Público, mas há necessidade de haver um encurtamento maior de distância, até para a Assembléia Legislativa fazer mudanças estruturais. E há necessidade de se implementar essa resolutividade que o Deputado Gilney Viana colocou, porque não se admite um servidor, que é um patrimônio do Estado - eu sou um engenheiro, não sou da área - continuar em serviço, sendo que ele é nocivo ao Estado. Quer dizer, o Ministério Público, eu não sei até que ponto ele pode... Então, para esses encaminhamentos, eu queria o apoio do Senhor.

Parabéns pelo seu trabalho e conte com o nosso apoio!

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, realmente, respondendo a primeira parte da sua pergunta, ou melhor, sua consideração, essa questão da segurança pública, eu enfatizei que é algo extremamente preocupante.

Agora, o que deixa a todos chocados, profundamente aborrecidos, é com, às vezes, a atuação arbitrária, ilegal da autoridade pública. O que é que o Ministério Público pode fazer em torno disso? É claro que, se o fato é intrínseco, o Ministério Público vai eventualmente denunciar. A apuração desses fatos fica a cargo das respectivas polícias.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Então, se houve desvio de comportamento da polícia, quem investiga é a autoridade policial. E aí a gente fica sempre recebendo reclamações da sociedade, pedindo à sociedade para acompanhar a investigação, o crime organizado, sonegação fiscal e os demais casos. Então, nós temos aí os casos Dezorzi, Padre Nazareno, Paranatinga, Nilson, de Rondonópolis e tal. E aí todos querem e dizem que o Ministério Público tem que acompanhar, tem que acompanhar. Mas, eu confesso que é muito difícil. Na medida do possível, sobretudo nesses casos mais graves, designamos um Promotor para acompanhar a investigação, até porque temos interesse, a sociedade fica revoltada, o fato é grave e procuramos acompanhar, na medida do possível.

Agora, o que não temos é membro do Ministério Público em termos quantitativos suficientes para acompanhar todas as investigações. Por exemplo, o caso Dezorzi, aqui de Cuiabá, foi acompanhado pelo Ministério Público; esse de Paranatinga, está sendo acompanhado pelo Ministério Público; esse de Rondonópolis, do Nilson, está sendo acompanhado pelo Ministério Público. Agora, se eventualmente acompanhamos e não conseguimos chegar às autorias ou, por qualquer razão, ele é absolvido no Judiciário, infelizmente, ele tem que voltar à função, a não ser que essa conduta, que, normalmente, constitui ilícito disciplinar... Nesse caso, a Corporação pode colocar para fora, mas aí depende da Corregedoria, do processo disciplinar, no âmbito de cada instituição, quer da Polícia Civil, quer da Polícia Militar. O que o Ministério Público pode fazer é exatamente ajudar a apurar essas infrações, sobretudo essas mais graves.

Agora, nessa questão da autoridade policial, sobretudo da Polícia Militar, eu vou ser honesto: eu acho que nós precisamos, exatamente, mudar a filosofia da Polícia, porque a formação policial, a formação da nossa Polícia, tem um modelo. Nós temos uma Escola de Polícia. Ela é uma Polícia do Estado forjada contra o cidadão. A mentalidade é essa: contra o cidadão! Ou seja, a Polícia acha que o cidadão é bandido, e o cidadão tem medo da Polícia porque ela é arbitrária. Se nós não mudarmos, a começar pelas Academias de Polícia, a mentalidade; se nós não redimensionarmos essa mentalidade, ou seja, que a Polícia tem que estar a serviço do cidadão, que a sociedade precisa ter confiança na Polícia e a Polícia precisa ter confiança no cidadão, nós não vamos melhorar esse relacionamento. Eu já disse e repito: às vezes, nós temos muita dificuldade em apurar fatos criminosos, exatamente pela falta de confiança - nós percebemos isso quando vamos investigar, é pela falta de confiança da sociedade na Polícia. As pessoas não querem prestar depoimento. Primeiramente, gera uma certa indiferença. Não é comum as pessoas gostarem de prestar depoimento, normalmente já não gostam. E essa situação é mais grave quando é na área criminal, sobretudo porque, por qualquer razão, fica com medo da Polícia, especialmente quando o fato é praticado por um policial, por medo de represália ou por outras circunstâncias. Enfim, o quadro é complicado, a questão da segurança pública é complicada, e o Ministério Público tem, nessa parceria, a possibilidade de acompanhar os fatos específicos.

Existe um artigo na Constituição que prevê o chamado controle externo da atividade policial. E há, inclusive, um Projeto aqui na Assembléia Legislativa nesse sentido. De repente, com a votação desse Projeto, desse controle externo da atividade policial, o Ministério Público pode ter um pouco mais de controle dessas ações policiais. Se não me falha a memória, esse Projeto já se encontra na Assembléia Legislativa.

O Sr. Zé Carlos do Pátio (FALA DA SUA BANCADA) - Essa parceria é que nós precisamos.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Toda parceria que resolver problema de segurança pública, ou do interesse coletivo, nós estamos sempre abertos para essas parcerias.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Roberto Nunes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, Dr. Guiomar Teodoro Borges, Procurador-Geral de Justiça, Dr. Mauro Delfino César, Promotor de Justiça, Dr. Antônio Hans, Procurador de Justiça, Dr. Domingos Sávio, Promotor de Justiça e Dr. Mauro Viveiros, também Promotor de Justiça, que acompanham Vossa Excelência nesta noite, aqui na Assembléia Legislativa. Sejam bem-vindos!

Eu quero também cumprimentá-lo, Dr. Guiomar Teodoro Borges, pela brilhante vitória na disputa que teve lá na Procuradoria-Geral. Vossa Excelência foi quase que aclamado por todos os Srs. Promotores e Procuradores de Estado. Isso é muito bom, essa é a resposta do seu trabalho, da sua hombridade, do seu conhecimento, e dessa pessoa simples, humilde, e de muito conhecimento que Vossa Excelência tem. Então, eu quero cumprimentá-lo e cumprimentar a todos os Srs. Promotores e Procuradores de Justiça.

Dr. Guiomar Teodoro Borges, Vossa Excelência já dissertou sobre segurança pública, sobre meio ambiente, Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre modernização da Procuradoria, já falou quase que tudo. E Vossa Excelência percebeu que o que mais preocupa esta Casa é a questão de segurança pública no Estado de Mato Grosso. Eu sei que não é uma responsabilidade de Vossa Excelência, mas está aqui, veio para ser argüido por esta Casa, nós sabemos que a responsabilidade da segurança pública não é de Vossa Excelência. Mas é bom que Vossa Excelência leve, daqui, o clamor dos Srs. Deputados, que é o clamor da população mato-grossense, de todo cidadão, principalmente aqui da nossa Capital, da Grande Cuiabá, Cuiabá e Várzea Grande.

O Deputado Zé Carlos do Pátio, nosso companheiro, membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, é o que mais tem cobrado. Nós sabemos que hoje a Segurança é muito bem comandada por um colega de Vossa Excelência, uma pessoa que tem todo um respaldo jurídico, político e conhecimento para administrar bem a Secretaria de Segurança, mas deve estar faltando alguma coisa. Falta justamente aquilo que Vossa Excelência dissertou em seu pronunciamento, falta, na sua essência, na sua base. A segurança não é só a questão imediata, agora, do "vamos resolver"; a segurança é da questão preventiva, da educação, da moradia, da falta de emprego, de tudo isso.

Eu quero fazer uma indagação a Vossa Excelência, inclusive Vossa Excelência até já respondeu parte dela. A Promotoria não tem Promotores e Procuradores suficientes para atender a todos os casos que acontecem, como abuso de autoridade policial, Polícia Civil, Polícia Militar, abuso de toda e qualquer natureza, mas eu acredito que Vossa Excelência pode, quando é um caso como o que aconteceu em Paranatinga, em Rondonópolis, como é o caso do menino Rodrigo, enfim, a Procuradoria intervém e coloca um cidadão para acompanhar. Mas tem outros casos, Dr. Guiomar Teodoro Borges, que não são veiculados na imprensa, que acontecem com um pai de família que, por um motivo ou outro, tem um filho assassinado e esse cidadão fica esperando, eu não sei se a Procuradoria tem um canal de comunicação que essa pessoa possa procurar, porque, às vezes, a pessoa vem aqui pedir para se fazer justiça, etc. Enfim, eu gostaria de saber se a Procuradoria tem um atendimento público dentro da sua estrutura. Essa é uma questão. Assim, de um modo geral, se aquele cidadão humilde, lá do Três Barras, lá do Ribeirão do Lipa, pode chegar lá na Procuradoria, porque seu filho foi preso injustamente, a polícia o prendeu, o acusa de um roubo ou um assassinato, de ter invadido uma chácara ou outro... Vossa Excelência está me entendendo? Se as pessoas simples têm como chegar até um Procurador ou até um Promotor. Esse é um questionamento.

O outro é sobre a questão do meio ambiente. Vossa Excelência colocou muito bem, inclusive nós discutimos anteriormente. Nós sabemos que a escassez da água é uma ameaça, pois está acabando a água potável no Planeta, e a Procuradoria tem a sua Curadoria do Meio Ambiente, na pessoa do Sr. Domingos Sávio, que é o Curador do Meio Ambiente da nossa Capital, no interior

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

também tem outros Promotores. Eu queria saber se a Procuradoria tem algum projeto na questão de acompanhamento de hidrovia, no uso de agrotóxico, se acompanha o desmatamento, enfim, se tem feito alguma coisa para preservar os nossos mananciais, se tem alguma coisa nesse sentido, que a gente possa consultar via *internet* ou lá mesmo na Procuradoria, se é fácil esse acesso. É isso que eu gostaria de saber, se a gente tem essa facilidade.

O Deputado Gilney Viana também colocou muito bem aqui a questão da fiscalização das execuções penais. Nós temos a questão dos estabelecimentos prisionais que abrigam idosos, menores e mulheres. Gostaria de saber se Vossa Excelência tem a mesma preocupação com a fiscalização das execuções penais desse pessoal, do idoso, do menor, se eles têm um local adequado, se Vossa Excelência faz essa fiscalização com frequência, no tratamento... Enfim, se acompanha essa fiscalização, se tem dez pendurados, um em cima do outro... Se Vossa Excelência tem essa informação precisa, no momento que a gente precisar, se pode fornecer. Apenas isso.

Alem disso, quero cumprimentá-lo e desejar que Vossa Excelência tenha bastante sucesso dentro da Procuradoria-Geral. Sabemos da competência de Vossa Excelência e que os nossos Promotores de Justiça, os nossos Procuradores continuem sempre em defesa do nosso meio ambiente, em defesa daqueles mais humildes, de fiscalizar ainda mais a nossa Lei. Está aí a Lei de Responsabilidade Fiscal que também é um assunto que tem que ser bastante debatido, há muita controvérsia em relação à execução dessa Lei.

Era apenas isso, Dr. Guiomar Teodoro Borges. Muito obrigado.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Deputado, primeiro eu agradeço o apoio.

Quanto à questão do atendimento ao cidadão, às pessoas humildes, o Ministério Público, como eu falei na exposição inicial, é uma Instituição que atende mesmo as pessoas pobres. No ano de 2000, por exemplo, o Ministério Público atendeu trinta mil e noventa pessoas no gabinete do Promotor, exatamente com esse perfil de cidadão que Vossa Excelência se referiu. É exatamente a mãe que teve a filha estuprada e que a polícia não investigou, enfim, pelas mais variadas razões. No Estado inteiro foram atendidas trinta mil pessoas e posso afirmar a Vossa Excelência que a grande maioria, noventa e tantos por cento, é exatamente esse tipo de reclamação. É pessoa que vai lá reclamar do meio ambiente, é o consumidor, é questão do consumidor, é questão de cidadania, enfim, dos mais variáveis motivos, é o marido que não paga pensão, é o pai que não quer reconhecer o filho fora do casamento, enfim, todas essas situações, sempre das pessoas marginalizadas. Uma das coisas que a gente não transige no Ministério Público é na questão do atendimento ao cidadão.

Às vezes, e é muito interessante a nossa experiência como Promotor de Justiça, que passou pelo interior, é nesse sentido, às vezes, o cidadão só de conversar com um Promotor, ainda que ele não saia com o problema resolvido, às vezes ele nem tem direito, ele sai satisfeito, ele chega e começa a falar: "Olha, você larga disso, porque você não tem direito por isso, isso, isso." A Lei é assim, assim, assim. Ele sai satisfeito, desalimenta aquela ilusão. Ou, por outro lado, você o canaliza para os órgãos competentes, se não é da competência do Ministério Público, a gente o canaliza para o órgão competente e ele fica satisfeito.

Eu acho profundamente desagradável, e é preciso acabar com essa cultura na administração pública, do cidadão humilde chegar numa repartição pública - esse negócio nos deixa indignados - aí fica um jogando para o outro: "Fala com fulano... Fala com beltrano." Ou, quando não, o cidadão chega, não é visto como cidadão, quer dizer, o funcionário está ali para receber, prestar orientação e, às vezes... Esse é um problema sério que tem na Administração Pública brasileira.

Eu quero dizer que no Ministério Público tem outras deficiências, mas pelo menos de atender, de ouvir, procurar encaminhar esse defeito o Ministério Público não tem.

A outra questão é do meio ambiente. O que é que temos programado para isso? Eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

estou com um trabalho, um plano de ação, quero ver se consigo um dinheiro, um pouco com a FEMA, para dar apoio aos Promotores de Justiça de todo o Estado. Eu estou desenvolvendo, estou com o projeto pronto para se fazer um trabalho na chamada proteção dos recursos hídricos, fazer uma campanha e proteger as matas ciliares.

Eu acho que o que está se fazendo com a questão dos recursos hídricos é por falta de consciência e até por abuso, é coisa que não é mais concebível, pois todo mundo sabe que os recursos hídricos, sobretudo a água doce, por exemplo, a água potável está se esgotando no mundo inteiro. Quer dizer, nós temos, inclusive, uma riqueza para o futuro. Mas estamos vendo aí, você passa no rio que conheceu, que tinha água limpa, que a água era bonita, tinha peixe, hoje está completamente assoreada, com material de suspeição. Isso é inconcebível, exatamente por falta de uma ação mais enérgica. Inclusive eu acho que o Ministério Público está devendo um pouco nessa área ambiental, nessa questão da proteção dos recursos hídricos e esse é um dos projetos que temos.

Na questão do agrotóxico, também temos o projeto de cobrar da autoridade policial e começar a fazer uma investigação acerca da questão dos resíduos de agrotóxicos, a questão de receituários agrônômicos, tudo isso está no nosso projeto. Agora, a minha preocupação básica é exatamente com os chamados resíduos hídricos, esse é o grande crime que está sendo perpetrado contra o meio ambiente, tendo outros evidentemente, mas esse aí em primeiro lugar e aí inclui-se a hidrovia.

Sobre a questão dos adolescentes, temos cobrado insistentemente do Poder Público uma postura firme nessa questão dos adolescentes. Foi feita inicialmente uma cobrança no sentido de adequar-se um sistema de albergar os menores, seja para a execução das medidas próprias, protetivas e socioeducativas, ou seja, aqueles que ainda estão na marginalidade, ainda não infratores, mas que estão em situação de risco.

Pensou-se, primeiro, em usar aquele espaço que era da EMATER, uma experiência desastrosa, acabou, foi comprometendo os recursos, a estrutura, não deu certo de jeito nenhum. Hoje, de tanta discussão em torno disso, o Secretário de Segurança está autorizado a fazer um Centro Integrado de Atendimento ao Menor, que vai funcionar na antiga Fazendinha - antiga não -, hoje Fazendinha, que é uma estrutura que não funciona, não serve para a recuperação de menor. Enfim, aquilo ali é um caos, os menores fogem. O sistema de terapia lá dentro não funciona bem. Há um projeto, uma proposta de que esse Centro Integrado de Atendimento ao Menor estará funcionando até o mês de setembro, no máximo outubro deste ano, devidamente construído, inclusive com o trabalho médico de desintoxicação. Porque, um dos grandes problemas existentes na adolescência quanto à questão da infração é exatamente a pasta básica, que Vossa Excelência se referiu na nossa conversa particular. Ou seja, se não houver um processo de desintoxicação, ninguém agüenta esses menores, a não ser num sistema de terapia, com acompanhamento. É terrível! Eles fogem, eles brigam. Enfim, eles não se ressocializam.

Então, eu estou muito satisfeito por contar que o Governo vai executar esse projeto para que nós tenhamos, então, esse Centro de Acompanhamento Integrado de Avaliação dos Menores, principalmente para o acompanhamento dessas medidas, até o mês de outubro deste ano. Nós vamos cobrar isso insistentemente. Inclusive, parece-me que vão abrir licitação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Guiomar Teodoro Borges, atual Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, até os dois próximos anos; Senhores Procuradores, Senhores Promotores, Dr. Antônio Hans.

Vossa Excelência tem uma dívida comigo. Vamos começar por aí a conversa. Vossa Excelência está me devendo, teremos que fazer encontro de contas, mas, antes do encontro de contas,

eu gostaria de louvar o respeito ao mais votado.

Vossa Excelência, Dr. Guiomar, chega, novamente, a Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso pelo voto dos seus Pares. Essa é, para mim, a instância decisiva, a mais importante. Eu não tenho nenhuma dúvida, é muito mais importante do que a indicação do Governador e mais importante do que passar por aqui, também. Eu não tenho dúvida disso! É o reconhecimento, realmente, dos seus Pares. Esses é que sabem quem é a figura, a pessoa mais interessante, em todos os sentidos, para ocupar esse cargo. Então, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer esta colocação. É o respeito ao processo democrático que, para mim, é o que deve acontecer.

Uma outra colocação que Vossa Excelência fez, quando se coloca como a voz do Ministério Público, a representação deste Ministério Público, eu acho isso extremamente relevante. Eu não posso fazer um discurso sobre as coisas que achei interessante, porque o tempo não me permite e o Presidente já está olhando para mim, apesar de que eu falo pouco... Deus é que sabe, não é, Presidente?

O Ministério Público ainda é, felizmente, uma instituição das mais respeitadas. Eu poderia ficar aqui citando inúmeros exemplos, como a criação do GAECO... Eu aqui gostaria de, publicamente, registrar que não fizemos isso e até deveríamos ter feito o agradecimento pela contribuição que o GAECO deu à Assembléia Legislativa, a sua participação na CPI do Narcotráfico. Foi extremamente valiosa a participação, os Promotores se fizeram presentes, praticamente em todas as audiências, em todos os depoimentos, deram contribuição valiosíssima, pois posteriormente, a cada depoimento, eles já saíam com as questões que eles achavam que deveriam buscar elucidar, interrogar, intimar, convocar, ouvir depoimentos mais detalhados na Promotoria. Enfim, foi uma grande contribuição e é um grupo muito respeitado e tem que ser bastante estimulada a sua quantidade.

Essa questão da sonegação fiscal, também o combate à sonegação fiscal, através de representações que foram feitas, foi um trabalho em conjunto, o Ministério Público Estadual e Federal, que parece que foi, pelo menos no meu ponto de vista, conjunto, e que funcionou muito bem e que ainda está funcionando, não sei se de forma separada, apartada ou junto, mas ainda está funcionando com relação à questão fiscal.

A questão da estrutura. A estrutura não suporta a demanda, e até tem umas brigas que precisam ser feitas. E eu acho também que, aqui, muito dos Srs. Deputados vieram pedir reforço para Vossa Excelência para determinadas questões, eu diria que é quase o contrário, eu acho que nós é que precisamos reforçar o Ministério Público, porque nós, Poder Político, temos que atuar junto ao Executivo para que essas questões realmente de estrutura e outras mais se viabilizem com mais facilidade, porque o Poder Político está aqui, aqui estão representadas todas as forças políticas, pelo menos de maior expressão, no Estado de Mato Grosso. Eu diria que é quase o inverso essa exigência, deveria ser por parte do Ministério Público com relação ao Parlamento, porque aqui existe força, sim, para fazer valer as leis que são aprovadas aqui. É esta Casa que tem que fazer valer - apenas um parêntese.

Quando o Senhor coloca também que a sociedade tem direito de ser informada, eu diria que a sociedade tem direito de ser informada com certeza, isso faz parte do processo democrático, é um dos primeiros princípios, do meu ponto de vista, o acesso total e absoluto à informação, mas também de ser ressarcida e aí vem uma cobrança, e o Senhor sabe que está me devendo.

Eu ia fazer um levantamento de todas as cobranças que eu tinha que fazer, mas depois eu decidi fazer só uma, e escolhi uma só, que é uma que já fez dois anos de aniversário, uma representação contra a Sr^a Thelma de Oliveira, Presidente da PROSOL, pela destruição do Centro de Treinamento da EMPAER. No dia trinta de março completou dois anos que eu entrei com essa representação e eu não consigo saber o que aconteceu com ela. Eu já procurei na Promotoria do Patrimônio, disseram que foi encaminhada direto para a Procuradoria-Geral; na Procuradoria-Geral eu

não consigo um retorno sobre o que aconteceu com essa representação. Porque aí entra uma questão complicada, a questão do menor.

O Senhor disse que está satisfeito, porque existe um Projeto, que possivelmente vai ser viabilizado em tempo recorde na Fazendinha, mas um espaço fantástico como existia o da EMPAER, em Várzea Grande, que quem conhece - eu não vou descrever aqui porque o tempo não me permite - sabe que é um espaço fantástico, com hectares e hectares de terra que dariam para fazer criação de tudo, preparo, treinamento, educação, o que quisesse com os menores e simplesmente foi repassado, em termo de comodato para a Senhora Primeira-Dama do Estado e ela demoliu. E ela tem que responder por isso. Ela tem que responder por isso! Não é possível! Aquilo ali está totalmente destruído, não tem um ar-condicionado, não tem um vidro em janela nenhuma, está totalmente demolido. E agora, quem vai reconstituir aquilo ali? Quem vai pagar aquilo ali? O bolso do Estado? O nosso bolso? O bolso do contribuinte? Por uma irresponsabilidade cometida. Quer dizer, aí a gente passa a ficar realmente descrente. Pode-se construir uma maravilha na Fazendinha! O problema é a definição de política para a questão do menor, principalmente desse menor que tem tantos problemas com envolvimento com drogas e tantas outras coisas mais que eu não vou entrar na discussão.

Então, eu pediria ao Senhor, não é nem uma pergunta, mas apenas uma colocação: que o Ministério Público se preocupe em definir estratégias muito claras de enfrentamento, seja lá com quem for, a representação, doa a quem doer. Que se faça o enfrentamento pra valer!

Meus parabéns e que Vossa Excelência tenha muito sucesso nesses dois anos! Muito obrigada.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Com relação a esse procedimento específico, eu posso dizer a Vossa Excelência que ele se encontra em Várzea Grande, está a cargo de um colega, Dr. Alexandre Guedes. Mas, prometo novas informações... É que o pessoal me cobrou esses dias atrás a questão...

(NESTE MOMENTO, A SR^a SERYS SLHESSARENKO DIRIGE-SE AO ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Exatamente! Aí consegui em Várzea Grande, porque a competência para a ação de dano é o local do fato e esse imóvel se situa em Várzea Grande. Se não me falha a memória, é do Alexandre...

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, caros colegas, Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Guiomar Teodoro Borges; Sr. Procurador de Justiça, Antônio Hans, meu velho contemporâneo lá de Paranaíba, do “bolsão de Mato Grosso”, antigo “bolsão” na década dos anos 60; Sr. Procurador de Justiça, Mauro César, filho do nosso velho amigo e falecido, Desembargador Cezarino; Sr. Procurador de Justiça, Domingos Sávio, meu afilhado de casamento, protetor da natureza; Sr. Procurador de Justiça, Mário Viveiros.

Senhor Procurador, eu não venho a esta tribuna para fazer perguntas, indagações, porque o trabalho feito por Vossa Excelência, Dr. Guiomar, foi tão satisfatório que nós não teríamos nada a acrescentar mais, a não ser desejar que Vossa Excelência se desempenhe nesse novo período, nesse período que vai se iniciar, com o mesmo trabalho, a mesma dedicação de homem de fino atendimento a quem lhe procura, homem duro e firme nas decisões no nosso Ministério Público, e, se Vossa Excelência assim proceder nesse seu mandato, Vossa Excelência estará prestando um grande serviço à Justiça, estará prestando um grande serviço a Mato Grosso.

Falo em nome da Bancada do Governo, trago a Vossa Excelência e aos Srs.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Procuradores um abraço do Governador Dante de Oliveira, do qual tenho o prazer de ser o Líder nesta Casa.

Terminando, repetindo mais uma vez que Vossa Excelência seja feliz nesse seu novo período junto à Procuradoria da Justiça. Muito obrigado.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Eu agradeço a intervenção do ilustre Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, e confesso que as suas palavras me confortam muito, não só por reconhecer o trabalho que fiz durante esses dois anos de gestão, mas sobretudo pelo desejo e sucesso na nova gestão. Farei o possível para que seja feita exatamente como Vossa Excelência deseja, que é exatamente aquilo que eu penso. Muito obrigado, estou muito grato pela posição de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Guiomar Teodoro Borges, Srs. Procuradores, Srs. Promotores aqui presentes.

Eu acredito, Dr. Guiomar Teodoro Borges, que mais uma vez Vossa Excelência retorna a esta Casa na condição de ter o seu nome apreciado e com certeza referendado para estar à frente do Ministério Público do nosso Estado. Com certeza nós não nos arrependemos da primeira vez, do crédito que lhe demos e da acertada decisão dos Srs. Pares quando o conduziram, agora, mais uma vez ao cargo.

Respeitamos isso como respeitamos o Ministério Público, que, pela convivência, a gente começa a perceber, as instituições começam a perceber, que nunca houve, a todo momento, o Ministério Público na sua afirmação, na prestação do seu labor institucional, algo que fosse prejudicial, ou que atrapalhasse, ou sei lá, qualquer adjetivo que se pudesse dar. E, hoje, a gente inaugura um outro momento, onde a gente tem o próprio Ministério Público como parceiro de muitas iniciativas que nós mesmos da classe política temos que levar a efeito, além do nosso trabalho.

Então, aquela aversão como se houvesse um confronto permanente ou ideários diferenciados na prestação do serviço público, vai deixando de existir, porque a própria sociedade caminha no nosso entendimento, para cada vez mais exigir ética e comportamento adequado daqueles que estão à frente das instituições públicas no País. Eu faço esse comentário, inclusive posso citar como exemplo o avanço de questões que tratamos aqui nesta Casa no desenvolver do nosso trabalho Parlamentar.

Em relação à questão da Reserva Massairo Okamura, há muito tempo enrolada, hoje há um processo de desenrolar essa questão, e o Promotor Dr. Domingos Sávio tem acompanhado isso de forma brilhante, nesta parceria com o Parlamento, com o Ministério Público, com o Poder Municipal, com o Poder Executivo Estadual, e tem sido o caminho de destrinchar os vários nomes para que essa pauta possa avançar.

Assim, nós tivemos, também, o Dr. Edmilson, na Procuradoria da Defesa da Cidadania, avançando nas discussões do presídio, ou seja, eu acho que eu poderia comentar com Vossa Excelência nesse sentido, pedindo que se avance nesta aproximação do trabalho do Ministério Público conosco. Eu acredito que o aperfeiçoamento se dará naturalmente na atividade de ambas as instituições. Os estados a serem alcançados, com certeza, virão de maneira mais breve e muitas das polêmicas, questionamentos que se têm, pontualmente, neste ou naquele caso que denote maior destaque, poderão ser vencidos através do entendimento, do diálogo, onde as instituições estejam nessa condição de parceria, conforme já foi dito aqui.

Uma forma de questionamento seria de que maneira Vossa Excelência se conduzirá junto de seus Pares, se nessa direção, com o aprofundamento dessa relação harmoniosa, respeitadas as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

atribuições de cada qual, quais os mecanismos que o Ministério Público pretende adotar nessa direção. E não podia também faltar a questão da segurança pública, porque hoje já tive a oportunidade de expor a Vossa Excelência discussões que esta Casa tem mantido.

Inclusive, Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, eu comuniquei ao Dr. Guiomar, participando de uma reunião com a Comissão de Direitos Humanos, Deputados Gilney Viana e Zé Carlos do Pátio, da disposição desta Casa de dar a contribuição efetiva, como prioridade zero, a Mato Grosso, hoje, para a questão da segurança pública, onde todas as instituições, com a parcela que puderem contribuir, devem se fazer presentes: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, toda a sociedade e, até mesmo, as entidades não governamentais.

Então, não adianta realizarmos ações isoladas, esforços desta ou daquela parte, se ali na frente nós encontramos obstáculos para funcionar. Ou nos juntamos todos, nos unimos para termos força para enfrentar o crime organizado, o crescimento da violência de uma maneira que assusta a todos, ou, dificilmente conseguiremos conter essa onda.

Eu gostei do que eu ouvi de Vossa Excelência no decorrer da reunião realizada à tarde. Faço os meus comentários desta forma, de maneira pacífica, porque eu devo confessar a minha satisfação pelo resultado obtido por Vossa Excelência. No fundo, nós reconhecemos, da mesma forma que a maioria dos seus Pares, a votação expressiva que Vossa Excelência teve desde o seu primeiro mandato - eu não sei qual a denominação, eu acho que é esta.

Eu quero desejar a Vossa Excelência êxito não igual, mas superior, e que nós possamos ter no Ministério Público essa figura cumprindo o seu papel institucional e constitucional, mas que nós possamos estreitar essa proximidade e, com isto, todas as instituições se aperfeiçoando no exercício democrático e institucional no dia-a-dia.

Então, seriam esses os nossos comentários e os nossos desejos de muito sucesso.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Em primeiro lugar, eu agradeço ao Deputado Carlos Brito.

Eu quero dizer que o Ministério Público é uma instituição do aparelho do Estado e nós sempre buscamos... Até fazendo uma retrospectiva, existe o princípio constitucional tripartite, de Montesquieu, da harmonia dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E isso também passa pelo Ministério Público. Há um interesse nessa harmonia, até porque cada Poder exerce suas funções próprias, mas o objetivo final é, exatamente, atender a sociedade, atender os anseios do cidadão.

Eu quero dizer que com esse propósito nós estamos sempre abertos para qualquer parceria.

Deputado Carlos Brito, eu gostaria de ressaltar a Vossa Excelência que nós temos a preocupação de estabelecer parcerias saudáveis e, cada dia mais, fazer com que o Ministério Público seja mais um braço do cidadão, um trabalho sempre em parceria com a sociedade. É essa parceria que eu cobro da Polícia, porque o Ministério Público está fazendo e está dando certo. A gente precisa, cada dia mais, o Ministério Público - essa é a minha visão institucional - de ação para fazer com que o cidadão, que é o destinatário do nosso serviço, tenha confiança no Ministério Público.

Eu quero dizer que fico satisfeito e isso me orgulha muito, orgulha a todos nós, o Dr. Antônio Hans, os meus colegas aqui presentes, o Dr. Mauro Viveiros, o Dr. Domingos Sávio, o Dr. Mauro Delfino, o fato dos Senhores ratificarem que a Instituição goza de uma certa credibilidade social. E essa credibilidade que o Ministério Público goza da sociedade, o que teria levado a isso? É exatamente essa relação de lealdade que a Instituição tem para com o cidadão. Ele tem uma relação leal, quer dizer, é uma Instituição - eu não estou querendo puxar "a sardinha para a nossa lata" - mas o Ministério Público procura agir em sintonia com o interesse da sociedade, e a sociedade sabe o que quer. Às vezes falam: "Não, as pessoas não sabem. Não sabem votar, não sabem isso, não sabem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

aquilo." Isso não é verdade. Os Senhores são Deputados e sabem disso. O cidadão sabe o que quer, sim. Se os Senhores estão aqui como Deputados, a sociedade sabe porque foram colocados aqui.

Nós temos consciência, também, embora nós não tenhamos o voto popular, mas nós temos um cuidado até maior do que os Senhores, porque nós precisamos nos preocupar se estamos em sintonia com a sociedade. Quer dizer, os Senhores estão em contato com os seus eleitores, com as suas bases, nós também pretendemos prestar esse serviço, o nosso serviço de Ministério com essa mesma sociedade. A clientela é a mesma. Os eleitores que votam nos Senhores são os mesmos que vão avaliar o Ministério Público.

Então, nós temos uma perspectiva de estabelecer sempre uma relação honesta com o cidadão, prestar as informações transparentes, fazer as parcerias com segmentos governamentais, ou não, no interesse do cidadão. Qualquer parceria com essa visão, estamos dispostos a colaborar, fazer esse intercâmbio de informações, nisso o Ministério Público está aberto a todo esse tipo de visão.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Convido o Deputado J. Barreto para assumir a Presidência para que eu possa argüir o Dr. Guiomar Teodoro Borges.

(O SR. DEPUTADO J. BARRETO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 22:54 HORAS)

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o eminente Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ilustre Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eminente Procurador de Justiça, Dr. Guiomar Teodoro Borges, abraço o Dr. Antônio Hans, nosso amigo e amigo desta Casa.

A Assembléia Legislativa reconhece no seu trabalho, também, um grande feito na área do Ministério Público. E com a sua experiência, com o seu equilíbrio, tão necessário ao Ministério Público, principalmente com os que iniciam nessa missão, que vem árdua para a aplicabilidade da Lei ao pé da letra e, às vezes, fogem do bom senso, Vossa Excelência nos deixou aqui um legado de muita amizade, de muita consideração.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Dr. Mauro Delfino César, nosso amigo, amigo também desta Casa; o Dr. Domingos Sávio; o Dr. Mauro Viveiros, eminente Promotor, aliás, o Dr. Guiomar Teodoro Borges trouxe o departamento de inteligência, estando muito bem assessorado e acompanhado.

Eu quero fazer alguns testemunhos e, primeiro, uma defesa a um dos homens do Ministério Público que está sendo execrado, com quem convivo desde o meu primeiro mandato, desde 1990, sempre tratando dos interesses públicos, que é o Dr. Paulo Prado.

Eu confesso a Vossa Excelência que fiquei injuriado, angustiado com a angústia do Dr. Paulo Prado. Eu sou Presidente desta Casa pela segunda vez e todas as vezes que trouxe o Dr. Paulo Prado aqui nesta Assembléia foi para discutir a questão do menor, para incentivo da cultura, para incentivo da educação. Esse homem tem uma contribuição inequívoca aqui na minha primeira gestão quando montamos, em Várzea Grande, o primeiro grupo de equiterapia, que é o tratamento de crianças com deficiência física através do cavalo. E eu pude, naquela oportunidade, pagar os estagiários de fisioterapia, Deputado J. Barreto, sob a orientação do Dr. Paulo Prado.

Eu comparo o Dr. Paulo Prado como nós, na política: às vezes, você constrói uma vida de trabalho, de luta, de sacrifício, viajando para o interior, de avião, de carro, em condições inadequadas, deixando sua família, se privando do convívio de sua família, de seus amigos e um simples fato derruba toda uma estrutura.

E aí o Ministério Público, às vezes, erra, julga com a imprensa, julga o que lê. Não estou dizendo do caso do Dr. Paulo Prado, e não só do Ministério Público, mas do Poder Judiciário como um todo, muito influenciado pela imprensa. Ora, se o fato é notório, inclusive o julgamento é

mais rápido. Isso eu tenho visto acontecer neste Estado e tenho falado desta tribuna.

Mas eu quero aqui fazer uma defesa veemente ao Dr. Paulo Prado. Ele não pediu para eu fazer isso e nem sabe que estou fazendo, Dr. Guiomar, exatamente pela sua conduta em relação ao seu trabalho com o menor e com o adolescente.

Essa é a primeira referência que eu gostaria de fazer, aproveitando a oportunidade ímpar de estarmos aqui com esse seleto grupo de Parlamentares e membros do Ministério Público.

Um outro aspecto que eu considero importante é, isso se deve muito a Vossa Excelência, porque nós que somos da beira do rio, nós temos mais paciência e Vossa Excelência como é da beira do Garças, é um homem do interior, ribeirinho como a gente, sabe a hora de ir e a hora de recuar e Vossa Excelência conseguiu angariar o respeito em primeiro lugar, a simpatia e a confiança de todos os Poderes. Eu tenho a impressão de que o Governador não negou nenhum pedido para o Dr. Guiomar, porque pelas exposições de motivo... Eu fiquei com inveja do que ele já conseguiu fazer na área de informática, na área de aquisição de veículos, em todas as áreas. Então, isso é muito bom, isso se deve à sua competência, à competência do seu grupo.

Eu estive lá no Ministério Público outro dia, com o Governador, e a gente sente que é um ambiente de tranqüilidade, um ambiente de pesquisa, e os Promotores foram premiados, principalmente os novos Promotores que trabalham em pesquisa, e isso incentiva a qualificação do profissional.

Eu queria ter falado isso aqui no plenário, mas não tive a oportunidade. Eu acho que esse trabalho, Vossa Excelência deve continuar fazendo, porque eu estava citando um exemplo de Minas Gerais agora.

Um professor de Criminologia, Dr. Domingos Sávio, um rapaz novo como Vossa Excelência, está desenvolvendo uma técnica em Belo Horizonte, juntamente com as polícias e principalmente com a Polícia Militar, onde ele detectou os principais focos de criminalidade na Grande BH. O que ele fez? Convocou a polícia, monitoraram toda Belo Horizonte e didaticamente treinados os policiais foram sendo colocados em algumas vias, em alguns acessos e a criminologia baixou 70%. Isso é fruto de pesquisa que o Ministério Público pode continuar incentivando, a defender teses, a trabalhar principalmente na área da Criminologia, porque nós temos um Estado em expansão.

O Governador está vendendo o nosso Estado, no bom sentido, para todo mundo. Então, nós não podemos reclamar, aqui vem gente de todos os lados investir, vem para investir em terra, investir em gado, em algodão, em soja, e, agora, a agroindústria está tomando conta, sempre na área primária, de plantar, e estamos entrando para a agroindústria. Mas nós temos que ter homens preparados para esse novo estágio. Nós temos que ter, por exemplo, promotores, policiais capacitados na área tributária, mas capacitados mesmo na área tributária.

Que os Senhores me desculpem, são muito poucos no Brasil que entendem. Não é verdade? Eu sou bacharel em Direito e sei disso, que são muito poucos os advogados que entendem da área tributária no Brasil, qualquer fiscal rábula aí na contabilidade põe qualquer um no bolso!

Não é o caso de Vossa Excelência, Deputado J. Barreto, que é um fiscal exemplar, licenciado.

Então, eu acho que Vossa Excelência pode, além desse trabalho todo que foi citado, foi divulgado, foi comentado, Vossa Excelência pode fazer um bem muito grande para a transformação, inclusive das Polícias Civil e Militar e nós aqui vamos ser parceiros.

Colocamos, inclusive, uma Escola do Legislativo à disposição de Vossa Excelência para uma parceria, para que nós possamos começar, Ministério Público, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Poder Executivo, a treinar os policiais, convocando-os para discutir permanentemente com eles, para melhorar, inclusive, esse relacionamento polícia/sociedade, porque essa é uma escola de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

repressão, a escola policial é escola de repressão, ela não é escola profilática num bom sentido, é uma escola repressiva.

Agora, eu digo a Vossa Excelência - está aqui uma professora da Universidade - que, aqui em Mato Grosso, não existe, na área de Direito, dez doutores! Não existem dez doutores na área de Direito. E, se tiver, na área de Criminologia, eu tenho certeza que não tem nenhum! Eu pergunto a Vossa Excelência: como é que nós vamos combater criminalidade, se nós não temos um corpo técnico, um profissional no sentido de se dar uma metodologia, um encaminhamento para essas questões?

Esses são alguns dados que eu quero colocar, para que Vossa Excelência pense na sua gestão, porque Vossa Excelência estará recebendo lá o Professor Scaloppe, da Procuradoria. Parece-me que ele vai fazer uma visita a Vossa Excelência, ele já veio aqui, propondo que nós façamos aqui um curso, um seminário, alguma coisa nesse sentido, contra a violência. Ele tem umas idéias boas, parece que ele veio da Espanha e eu me propus a ajudar. Certamente que Vossa Excelência vai também saber da sua tese.

Eu quero dizer que nós, do Poder Legislativo, só queremos uma coisa do Ministério Público: que haja um relacionamento maior, que essa via nossa não seja só essa via institucional dessa forma, uma vez por ano, ou duas vezes, ou uma vez esporadicamente quando tem um caso, como foi hoje, acompanhado dos Deputados Gilney Viana, Carlos Brito e Zé Carlos do Pátio. É preciso que a gente possa acessar, estar discutindo as questões do Estado.

Nós vamos aprender, nós vamos trocar experiência, o Senhor vai ter condições, inclusive, de nos acompanhar... Nós fizemos agora mesmo uma Sessão lá em Poconé, sobre o BID/Pantanal que foi aprovado no Senado. São duzentos milhões de dólares que estão previstos para serem aplicados na área do Pantanal!

Ora, o Ministério Público tem que estar dentro dessa discussão, Deputado Nico Baracat, e foi o Senhor que, inclusive, presidiu lá. Mas, dentro dessa discussão, em todos os sentidos, desde a aprovação do Projeto, desde o encaminhamento, desde a aplicabilidade do recurso, da questão ambiental, porque é o ecossistema que nós temos que preservar...

O Deputado Nico Baracat me informou que o Promotor esteve presente na Sessão lá em Poconé, isso é uma boa notícia, uma excelente notícia. Mas, não basta estar presente, eu acho que lá no Ministério Público tem que chegar uma cópia desse Projeto.

Chegando a cópia desse Projeto, o Senhor tem que tomar conhecimento *ipsis litteris* do Projeto, que é extremamente importante. Muitas vezes, a falta do Ministério Público é que abrem as brechas para os abusos, é que abrem as brechas para o abuso, pois o simples fato de estar presente o Ministério Público já estanca a vontade de alguns que querem burlar a Lei. O Senhor sabe bem disso!

Então, são programas como este, programas de desenvolvimento que estão correndo no Estado, como a construção das PCHs... Que se faça audiência pública através da FEMA, do CONSEMA, as pequenas usinas hidrelétricas, mas eu acho que o Ministério Público pode, inclusive, na área ambiental especializar um promotor, exatamente para tratar exclusivamente desse assunto no Estado.

O Senhor sabe que estão sendo construídas quase 40 PCHs, simultaneamente, em Mato Grosso. Agora mesmo a Deputada Serys Slhessarenko está nos convocando para fazermos uma discussão sobre a questão da água, um seminário, dia 17.

Nós queremos estender, depois, Deputada, esse convite ao Ministério Público.

São questões que nós demoraríamos muito para falar aqui, mas eu gostaria que esse canal fosse aberto entre o Ministério Público e a Assembléia Legislativa, inclusive, para nos orientar. Hoje já pedimos orientação a Vossa Excelência a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, que nem nós, nem ninguém entende neste País, nem quem fez a Lei! Ainda não achei nenhuma versão igual a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

essa Lei de Responsabilidade Fiscal. Olhem, eu já pesquisei! Eu não achei uma igual. Hoje, ouvindo a “Voz do Brasil”, por coincidência, soubemos que o Supremo está questionando algumas posições em relação a essa Lei.

Eu louvo a iniciativa do Governador em, novamente, recomendar o seu nome, principalmente seus Pares, que entenderam o seu trabalho. Mato Grosso, Dr. Guiomar Teodoro Borges, precisa de muito equilíbrio, do equilíbrio dos Poderes. Esse é um Estado que está em efervescência; esse é um Estado para o qual o Brasil todo está com os olhos voltados. Nós temos a oportunidade ímpar de nos tornar uma força política muito grande. Nós estamos passando por um momento delicado, mesmo despercebido por muitos, que é a questão da divisão do Estado.

Então, é necessário que os Poderes tenham esse amadurecimento, esse equilíbrio, esse constante relacionamento sincero, honesto. O que mais eu desejo do Ministério Público é que ele não fique como a Polícia, da qual todos têm medo, que fique estanque lá, Ministério Público, como aquele juiz ou promotorzinho novo que chega numa cidade e não conversa com ninguém, que não dá atenção para ninguém. Vossas Excelências já viram isso, não é? Na minha cidade tinha muitos desse: não fala com ninguém, cara feia com todo mundo, não dialoga. Não! Nós queremos um Ministério Público que se inteire das questões, que se envolva com a sociedade, que conheça, inclusive, as falhas da sociedade, porque a orientação é melhor do que a punição. Se nós pudermos orientar antes de punir é muito melhor, até porque se todos fossem punidos não haveria lugar para colocar tanta gente.

Então, eu desejo, com toda sinceridade, que Vossa Excelência tenha novamente uma gestão profícua, como teve nos dois primeiros anos. Que Deus o ilumine, que lhe dê saúde, porque, quando o homem público assume uma responsabilidade como essa, as cobranças são muito grandes. Nós somos obrigados a resolver todos os problemas. As pessoas não entendem as nossas limitações e Vossa Excelência deve sentir isso como membro do Ministério Público. Eu tenho certeza, pelo seu assentimento que sim. Agora, Vossa Excelência imagine nós, políticos? Nós temos que receber aqui... Nós somos, aqui, os verdadeiros assistentes sociais. É nossa culpa? Não é! É culpa do sistema, é culpa de toda uma estruturação política, mas nós precisamos ter forças e Deus precisa estar do nosso lado, os amigos precisam nos amparar. É preciso que nós tenhamos forças para vencer essas dificuldades.

Eu desejo, de todo o coração, que Vossa Excelência tenha sucesso. Eu tenho certeza que vai ter. Parabéns, mais uma vez! Muito obrigado.

O SR. GUIOMAR TEODORO BORGES - Eu agradeço a intervenção do Deputado Humberto Bosaipo, e acho, realmente, que é muito importante essa aproximação, não só com a sociedade, mas, sobretudo, com os Poderes constituídos.

O Ministério Público é uma instituição que funciona numa parceria com o Estado e tem que manter o seu relacionamento institucional, é verdade que cada um com suas atribuições próprias, mas um relacionamento institucional que resulte num trabalho, numa efetividade do seu trabalho, quanto mais operoso possível, e, na maioria das situações, às vezes, as parcerias saudáveis produzem esse resultado.

Com esse propósito, Deputado Humberto Bosaipo, o Ministério Público está aberto para nós estabelecermos essa discussão. Gostei muito das suas idéias a respeito da questão da polícia, trabalhar essa questão da criminalidade, criminologia. O Dr. Scaloppe, realmente, é uma pessoa estudiosa, e, certa feita, ele fez um levantamento, há uns quinze anos atrás, muito interessante, e nós temos tratado com ele essa questão, nós vamos procurar fazer um trabalho nessa área.

Devo dizer que nós também tivemos a primeira aula inaugural, agora, dia 30 de março, na semana passada, de um curso de especialização, no âmbito do Ministério Público, onde vamos preparar, reciclar, se não me falha a memória, quarenta e dois Promotores, exatamente, com vistas a fazer com que esses Membros da Instituição possam fazer frente a esse segmento, esses valores

que Vossa Excelência se referiu.

Então, eu acho que nós estamos no caminho certo, e acho que essa argüição, aqui, é importante, porque hoje, pelas indagações que Vossas Excelências fizeram, nós percebemos e conseguimos captar muita coisa, com a segurança de estar captando a mensagem da sociedade, que Vossas Excelências são, seguramente, representantes do povo, que saíram do voto e sabem perfeitamente o que pensa a população.

Eu gostaria até de dizer e agradecer a Vossa Excelência, embora eu tenha ainda que me manifestar sobre um procedimento em relação ao Dr. Paulo Prado. Eu fico confortável em saber dessa posição de Vossa Excelência. Confesso que, quando aconteceu esse fato, eu me encontrava em Brasília, e, quando cheguei, estava em ebulição, e a imprensa foi me procurar com aquela agressividade, e eu acabei dizendo que o Ministério Público não tinha corporativismo, pelo menos exagerado, a não ser aquele perfeitamente compreensível em qualquer corporação, e que o Ministério Público iria examinar para ver se é o caso de apurar isso em inquérito ou num procedimento administrativo.

Como havia informações extraprocessuais da mais variada ordem, a Corregedoria nossa entendeu que era necessário instaurar um procedimento, até para garantia do Dr. Paulo Prado, porque - é sigiloso, mas o Dr. Paulo Prado vai compreender isso, pelo menos neste momento da argüição - às vezes, o procedimento vai dar sustentáculo. E, sendo ele, como Vossa Excelência se referiu, uma pessoa de bem, e efetivamente o é, ninguém tem dúvidas disso, quiseram fazer uma relação da morte dessa criança com a atuação dele, coisa que absolutamente não tem nada a ver, por mais que tenha sido, eventualmente, infeliz num posicionamento, mas nesse resultado não se pode vincular a morte dessa criança a ele. Mas a imagem que acabou passando é essa, e eu sei que ele está sofrendo muito por isso. Eu não tenho conversado muito com ele, até porque, em razão do procedimento, ele se afastou um pouco, e com razão, mas eu sei das dificuldades, da devoção, pode-se assim dizer, que ele tem pela causa da infância e da juventude, como diversos vários outros Promotores do Estado que atuam nessa área.

Fico satisfeito em dizer isso, em saber que o Ministério Público, quando está sendo questionado, um membro do Ministério Público, ainda há pessoas, como Vossa Excelência, que acabam reconhecendo o trabalho, que é um trabalho de longo prazo, como o do Dr. Paulo Prado, nessa área. Fico satisfeito e isso me gratifica muito.

Quero dizer, finalmente, que foi uma satisfação muito grande minha, como de resto dos meus colegas, em comparecer nesta Assembléia Legislativa para ser argüido.

Embora haja um questionamento acerca da constitucionalidade dessa argüição, nós nunca tomamos a iniciativa de levar essa questão ao Supremo Tribunal Federal, pois achamos que aqui é uma instância onde captamos mensagens, transmitimos nossas preocupações e buscamos exatamente essas idéias de parceria, vemos onde o Ministério Público pode falhar e onde ele pode melhorar. Então, eu acho que, ao invés de fugir desta argüição, nós devemos estar sempre abertos para eventuais outros questionamentos e relacionamentos que forem necessários.

Confesso que fiquei muito gratificado, sobretudo pelo respeito que todos dedicaram a minha pessoa, à Instituição que estou dirigindo e que me proponho a dirigir por mais dois anos.

Podem estar os Senhores Deputados seguros de que faremos todo o possível para que as expectativas de Vossas Excelências e também a nossa e de toda a sociedade sejam efetivamente cumpridas na efetividade e resolutividade a que se refere o Deputado Gilney Viana.

Agradeço muito as intervenções, sobretudo o apoio, as mensagens de conforto e tenho certeza que Deus vai, uma vez mais, me iluminar, como Ele sempre fez, para que possamos desenvolver esse trabalho com essa expectativa que todos temos. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Solicito ao Deputado Humberto Bosaipo que reassuma a Presidência.

(O SR. HUMBERTO BOSAIPO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 23:16 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta Casa levará em consideração as exposições do eminente Procurador-Geral de Justiça, Dr. Guiomar Teodoro Borges, e, na Sessão de amanhã, nós trataremos esse assunto em pauta, porque vou remeter este processo à Comissão de Constituição e Justiça.

Convido a mesma Comissão, composta pelos Deputados Emanuel Pinheiro, J. Barreto e Carlos Brito, para acompanhar o eminente Procurador-Geral de Justiça, Dr. Guiomar Teodoro Borges e seus convidados.

(NESTE MOMENTO A COMISSÃO ACOMPANHA O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. GUIOMAR TEODORO BORGES, E SEUS CONVIDADOS AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta Presidência convoca os Srs. Deputados para a Sessão ordinária de amanhã e indaga ao Deputado Zé Carlos do Pátio se o Projeto do Aglomerado Urbano já está apto a ser devolvido à Mesa.

A intenção desta Presidência é colocar já amanhã em 1ª discussão e votação. Eu peço a atenção dos Srs. Deputados no sentido de que amanhã nós já estaremos colocando o Projeto do Aglomerado Urbano em 1ª discussão e votação.

Agradecemos a presença de todos.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Roberto Nunes, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Duda Barros; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Moacir Pires; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shlessarenko; da Bancada do Partido Liberal - Campos Neto; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS) e Jair Mariano (PPS); Sem Filiação Partidária - Emanuel Pinheiro.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Wilson Teixeira Dentinho, do PSDB; Silval Barbosa, do PMDB (EM MISSÃO OFICIAL); Joaquim Sucena, do PFL; Eliene (PSB) e José Carlos Freitas (PPB), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, convido a todos para a próxima Sessão no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta
Conferida por Regina Céli Arruda.